



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
29 e 30/06/2021

ÍNDICE NOTÍCIAS DA INSTITUIÇÃO

1. RELATÓRIO
2. Prefeito incentiva investimento de R\$ 1,5 milhão para gerar de 60 empregos diretos – MOSSORÓ HOJE – Rio Grande do Norte – 28/06/2021
3. Prefeito Álvaro Dias participa de assinatura de acordo entre Ministério de Desenvolvimento Regional e Sebrae – BLOG DA KARINA – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
4. Prefeito Álvaro Dias participa de assinatura de acordo entre Ministério de Desenvolvimento Regional e Sebrae – VERSÁTIL NEWS – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
5. Sebrae e MDR buscam fortalecer cadeias produtivas e rotas regionais – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
6. Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
7. Está precisando de dinheiro para financiar sua obra artística? – BLOG DO WASHIGTON – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
8. Sesc rn lança novo edital poti-cultural para selecionar 36 propostas – BLOG TULIO LEMOS – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
9. Praia Bonita resort & Convention receberá dias 01 e 02 de julho, II Fórum de Turismo de Nísia Floresta – CRISTINA LIRA – Rio Grande do Norte – 29/06/2021
10. RN atingirá em julho 98% da oferta de voos pré-pandemia – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 30/06/2021
11. Vendas aumentaram em 30%, afirma ABAV – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 30/06/2021

12. Prefeitura recebe minuta do PDN – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 30/06/2021
13. Quase 27 mil pessoas não terminaram o ciclo vacinal – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 30/06/2021
14. Indicações para a CPI na AL podem ser feitas nesta quarta – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 30/06/2021
15. Governo Bolsonaro pediu US\$ 1 por dose em propina, afirma vendedor de vacinas - FOLHA - 30/01/2021
16. Ministério da Saúde suspende contrato da vacina Covaxin - FOLHA - 30/06/2021
17. Bolsonaro ainda tem base para barrar superpedido de impeachment - FOLHA - 30/06/2021
18. Reajuste de 52% na sobretaxa deixará conta de luz 8,1% mais cara em julho - FOLHA - 30/06/2021
19. Aumento da conta de luz deve estourar teto da inflação em 2021 - FOLHA - 30/06/2021
20. Reforma de Guedes pode aumentar IR de 6,8 milhões de contribuintes, diz FGV - FOLHA - 30/06/2021
21. Arrecadação federal em maio é a maior para o mês em 27 anos - FOLHA - 30/06/2021
22. Mortes e internações por Covid-19 também caem na faixa dos 60 anos - FOLHA - 30/06/2021
23. Governo suspende contrato da Covaxin após denúncias - ESTADÃO - 30/06/2021
24. Precisa projetava faturar R\$ 800 mi com rede privada - ESTADÃO - 30/06/2021
25. Aneel reajusta taxa extra de energia em 52% e já prepara novo aumento - ESTADÃO - 30/06/2021
26. Com alta, mercado já projeta inflação de até 6,7% no ano - ESTADÃO - 30/06/2021

27. Limite em declaração do IR afeta 2 milhões - ESTADÃO - 30/06/2021
28. Arrecadação tem valor recorde de R\$ 142 bi em maio, diz Receita - ESTADÃO - 30/06/2021
29. Para turbinar vendas online, C&A cai criar coleções de roupas em até 24 horas - ESTADÃO - 30/06/2021
30. Choque entre Lula e Ciro por 2022 afasta PT do PDT no país – O GLOBO – Rio de Janeiro – 30/06/2021
31. Magazine Luiza chega ao Rio com Anitta, bikes azuis e ao menos 50 lojas – O GLOBO – Rio de Janeiro – 30/06/2021
32. GRÁFICOS

RELATÓRIO

O Senac Mossoró terá uma importante contribuição na geração de empregos do município de Governador Dix-Sept Rosado, na região Oeste do RN. A escola foi procurada pelo prefeito do município, Artur Vale, que negocia com o empresário Cledenilson Ferreira, a abertura de uma fábrica de espuma de colchões na cidade. A ideia da parceria com o Senac Mossoró é a de gerar capacitação de mão de obra, principalmente, entre os mais jovens. O gerente do Senac Mossoró, Benjamin Garcia, participou da reunião que celebrou a parceria com o prefeito, acompanhado de Savio Saraiva (Consultor Comercial do Senac Mossoró) e do diretor da Fecomércio, Michelson Frota. Inicialmente, cerca de 60 profissionais devem ser capacitados. O investimento previsto para a implantação da fábrica de espuma de colchões é de R\$ 1 a 1,5 milhão.

Em Natal, o presidente da Fecomércio e do Conselho Técnico do Sebrae RN, Marcelo Queiroz, participou da solenidade de assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Sebrae Nacional. O objetivo do ato é fortalecer as ações das cadeias produtivas dos municípios brasileiros, criando rotas empreendedoras de pequenos negócios. Participaram da solenidade, também, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e demais dirigentes do conselho deliberativo do Sebrae RN.

No clipping de notícias desta quarta-feira, 30 de abril, alguns blogs de Natal reforçaram o noticiário do dia anterior, divulgando ações do Sistema Fecomércio, como o lançamento do edital 'Poti-Cultural', que vai selecionar 36 propostas digitais de trabalhos artísticos nas linhas 'Fomento ao Audiovisual' e 'Pluralidade das Artes', num investimento total de R\$ 264 mil. O 2º Fórum de Turismo de Nísia Floresta também ganhou um reforço no noticiário potiguar. O evento será realizado entre os dias 1º e 2 de julho, nestas quinta e sexta-feira, no Praia Bonita Resort & Convention, localizado na praia de Tabatinga, em Nísia Floresta.

O avanço da vacinação e a diminuição dos casos de Covid, o turismo começa a se movimentar. Para os meses de junho e julho, férias de inverno, o Boletim de Inteligência da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur/RN), com informações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) revelou uma frequência média de 24 voos por dia para o Aeroporto Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, nas companhias Azul, Latam e Gol. A previsão é para 256 mil assentos ocupados. Só para o mês de julho, a previsão do boletim é de 1.519 voos. Com isso, a malha aérea potiguar deve chegar a 98% do que era no mesmo período de 2019, antes da pandemia no novo coronavírus.

No cenário nacional, as manchetes dos principais jornais remetem ao novo escândalo apurado pela CPI da Covid. Diante das denúncias de corrupção dentro do Ministério da Saúde, o governo resolveu suspender o contrato da Covaxin. A pasta da Saúde paralisou a compra de 20 milhões de doses da vacina indiana, que está sob investigação. A decisão ocorreu um dia após Bolsonaro ter sido alvo de uma notícia-crime no STF.

Um representante de uma vendedora de vacinas afirmou à FOLHA DE SÃO PAULO que recebeu pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde. A proposta para a empresa Davati Medical Supply, segundo o denunciante, partiu de Roberto Dias, diretor do Ministério da Saúde.

Na economia, o reajuste de 52% na sobretaxa deve deixar a conta de luz 8,1% mais cara a partir de julho. A bandeira vermelha 2 chegará a \$9,49 por cada 100 kWh, menos que o

recomendado por técnicos da Aneel. Isso tudo ocorre em meio à pior seca dos reservatórios dos últimos 91 anos.

Prefeito incentiva investimento de R\$ 1,5 milhão para gerar de 60 empregos diretos –

MOSSORÓ HOJE – Rio Grande do Norte – 28/06/2021

Link	https://mossorohoje.com.br/noticias/36982-prefeito-incentiva-investimento-de-r-1-5-milhao-para-gerar-de-60-empregos-diretos
------	---

Prefeito incentiva investimento de R\$ 1,5 milhão para gerar de 60 empregos diretos

O prefeito Artur Vale, de Governador Dix Sept Rosado, teve um diálogo com o empresário Cledeilson Ferreira, para abrir uma fábrica de espuma de colchões em Governador Dix Sept Rosado, bem como procurou o SENAC, em Mossoró, para ampliar a oferta mão de obra qualificada para a população de sua cidade

O prefeito Dr. Artur Vale iniciou nesta segunda-feira (28) tratativas para a instalação de fábricas de espumas e de colchões em Governador Dix-Sept Rosado. O Chefe do Executivo visitou as empresas Potiguar Espumas e Potiflex, em Mossoró.

Acompanhado dos ex-prefeitos Adail Vale e Gilberto Martins, Dr. Artur foi recebido pelos empresários Cledeilson Ferreira e Bevenuto Neto, que apresentaram intenções de se instalarem em Governador Dix-Sept Rosado, inclusive já com a compra de um terreno de 10 hectares na cidade.

Durante as conversas, o prefeito se comprometeu com contrapartidas para assegurar a transferência das empresas, incluindo perfuração de um poço e a construção de acesso com pavimentação a paralelepípedo.

Segundo Cledeilson Ferreira, a previsão é de um investimento entre R\$ 1 milhão e R\$ 1,5 milhão, com a geração inicial de até 60 empregos diretos. Se tudo ocorrer dentro do esperado, as obras devem ser iniciadas até o final do ano.

Com a produção de espumas e de colchões, as Potiguar Espumas e Potiflex atuam nos mercados do RN, CE e PB e estão se expandindo para outros estados, tendo a necessidade de ampliar o seu espaço de produção.

Capacitando mão de obra, gerando empregos e renda

O caminho para atrair novos empreendimentos, é capacitar a mão de obra da população, em especial dos mais jovens. Neste sentido, o prefeito Artur Vale participou esta semana de reunião no SENAC, em Mossoró, buscando parcerias para ministrar cursos em Governador Dix sept Rosado.

Acompanhado do ex-prefeito Adail Vale, Dr. Artur foi recebido por Benjamin Garcia (Gerente do Senac Mossoró) e Savio Saraiva (Consultor Comercial). O diretor da Fecomércio RN (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte), Michelson Frota também participou do encontro.

Na oportunidade, o Senac apresentou o seu portfólio de cursos ao prefeito, se destacando os voltados para a profissionalização nas áreas da beleza e gastronomia.

Dr. Artur Vale elencou alguns cursos que considerou importante que sejam disponibilizados aos dixseptienses e solicitou orçamentos ao Senac para posterior definição.

Prefeito Álvaro Dias participa de assinatura de acordo entre Ministério de Desenvolvimento Regional e Sebrae – BLOG DA KARINA – Rio Grande do Norte – 29/06/2021

Link	https://www.blogdakarina.com.br/2021/06/prefeito-alvaro-dias-participa-de.html?m=1
------	---

Prefeito Álvaro Dias participa de assinatura de acordo entre Ministério de Desenvolvimento Regional e Sebrae

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, participou nesta segunda-feira (28) da solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Sebrae Nacional, para ações de fortalecimento de cadeias produtivas de municípios brasileiros, criando rotas empreendedoras de pequenos negócios. A assinatura contou com a presença do Ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, do diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick e demais dirigentes do Sebrae RN, Marcelo Queiroz (presidente do Conselho Deliberativo), José Ferreira de Melo Neto (diretor superintendente), João Hélio Cavalcanti (diretor técnico) e Marcelo Toscano (diretor de operações). Também participaram outras autoridades municipais e das esferas estadual e federal.

Quase 60 municípios do RN vão iniciar o projeto-piloto nacional. O objetivo será promover o desenvolvimento econômico das cadeias produtivas de moda, queijo e mel (apicultura e meliponicultura) e da Rota do Cordeiro (ovinos e caprinos). O projeto prevê dois anos de duração atendendo a mais de 3 mil empreendedores, dando suporte de gestão e tecnologia de baixo custo, por meio do avanço do ambiente de negócios e de políticas públicas nas áreas de sustentabilidade, inovação, acesso a mercados e turismo.

O ministro Rogério Marinho lembrou episódios de luta mútua em prol do desenvolvimento e por meio da tecnologia, e disse que a inovação e a resiliência apontam o caminho para a mudança de cenários. "Por mais simples que possa parecer, esse acordo é extremamente importante. No semiárido vivem milhões de pessoas, temos a expertise e povo trabalhador, do outro lado ferramenta e entidades. Temos que misturar, fazer a mediação e gerar ações que permitam que o fruto gerado possa ser repartido com mais pessoas".

O prefeito Álvaro Dias ressaltou que o momento é de entusiasmo ao lembrar que o coração do Rio Grande do Norte espera uma transformação com a chegada das águas do São Francisco e a Barragem de Oiticica. "Quero lembrar que neste momento uma obra sonhada secularmente está chegando e é da maior importância por que vai transformar e possibilitar a independência hídrica de municípios do Seridó". Álvaro Dias também lembrou que as ações integradas têm o poder de fomentar a interiorização do turismo, que é rico em paisagem, clima e em festejos culturais. "Essas rotas vão permitir que se olhe para nossa região serrana, pois temos a Serra da Formiga, Lagoa Nova, as festas de Sant'Ana", disse.

O diretor do Sebrae nacional, Bruno Quick, destacou que a parceria com o Governo Federal é um sonho antigo que somente agora se concretiza. "Nada acontece por acaso e entendemos que a hora não tinha chegado, agora se concretiza por que quando as causas se aproximam, os propósitos unem". O apoio ao movimento municipalista foi pontuado pelo gestor. "É nos municípios onde a vida acontece e essa relação com os municípios potencializa as vocações locais. Os produtos terão os nomes da região, da comunidade e do artista. A beleza dessa iniciativa é revelar as belezas do Brasil".

Link	https://www.versatilnews.com.br/2021/06/prefeito-participa-de-assinatura-de-acordo-entre-ministerio-de-desenvolvimento-regional-e-sebrae/
------	---

Prefeito participa de assinatura de acordo entre Ministério de Desenvolvimento Regional e Sebrae

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, participou nesta segunda-feira (28) da solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Sebrae Nacional, para ações de fortalecimento de cadeias produtivas de municípios brasileiros, criando rotas empreendedoras de pequenos negócios. A assinatura contou com a presença do Ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, do diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick e demais dirigentes do Sebrae RN, Marcelo Queiroz (presidente do Conselho Deliberativo), José Ferreira de Melo Neto (diretor superintendente), João Hélio Cavalcanti (diretor técnico) e Marcelo Toscano (diretor de operações). Também participaram outras autoridades municipais e das esferas estadual e federal.

Quase 60 municípios do RN vão iniciar o projeto-piloto nacional. O objetivo será promover o desenvolvimento econômico das cadeias produtivas de moda, queijo e mel (apicultura e meliponicultura) e da Rota do Cordeiro (ovinos e caprinos). O projeto prevê dois anos de duração atendendo a mais de 3 mil empreendedores, dando suporte de gestão e tecnologia de baixo custo, por meio do avanço do ambiente de negócios e de políticas públicas nas áreas de sustentabilidade, inovação, acesso a mercados e turismo.

O ministro Rogério Marinho lembrou episódios de luta mútua em prol do desenvolvimento e por meio da tecnologia, e disse que a inovação e a resiliência apontam o caminho para a mudança de cenários. “Por mais simples que possa parecer, esse acordo é extremamente importante. No semiárido vivem milhões de pessoas, temos a expertise e povo trabalhador, do outro lado ferramenta e entidades. Temos que misturar, fazer a mediação e gerar ações que permitam que o fruto gerado possa ser repartido com mais pessoas”.

O prefeito Álvaro Dias ressaltou que o momento é de entusiasmo ao lembrar que o coração do Rio Grande do Norte espera uma transformação com a chegada das águas do São Francisco e a Barragem de Oiticica. “Quero lembrar que neste momento uma obra sonhada secularmente está chegando e é da maior importância por que vai transformar e possibilitar a independência hídrica de municípios do Seridó”. Álvaro Dias também lembrou que as ações integradas têm o poder de fomentar a interiorização do turismo, que é rico em paisagem, clima e em festejos culturais. “Essas rotas vão permitir que se olhe para nossa região serrana, pois temos a Serra da Formiga, Lagoa Nova, as festas de Sant’Ana”, disse.

O diretor do Sebrae nacional, Bruno Quick, destacou que a parceria com o Governo Federal é um sonho antigo que somente agora se concretiza. “Nada acontece por acaso e entendemos que a hora não tinha chegado, agora se concretiza por que quando as causas se aproximam, os propósitos unem”. O apoio ao movimento municipalista foi pontuado pelo gestor. “É nos municípios onde a vida acontece e essa relação com os municípios potencializa as vocações locais. Os produtos terão os nomes da região, da comunidade e do artista. A beleza dessa iniciativa é revelar as belezas do Brasil”.

Link	https://www.blogdajuliska.com.br/sebrae-e-mdr-buscam-fortalecer-cadeias-produtivas-e-rotas-regionais
------	---



Sebrae e MDR buscam fortalecer cadeias produtivas e rotas regionais

O Sebrae Nacional e o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), assinaram, nesta segunda-feira (28), um Acordo de Cooperação Técnica para desenvolver ações de fortalecimento de cadeias produtivas e rotas de integração nacional. O objetivo é promover o desenvolvimento econômico por meio do avanço do ambiente de negócios e de políticas públicas nas áreas de sustentabilidade, inovação, acesso a mercados e interiorização do turismo. As ações começam pelo Rio Grande do Norte, que terá a execução de um projeto-piloto, envolvendo a Rota do Cordeiro e as cadeias produtivas da moda, queijo e mel.

Realizada na sede do Sebrae, em Natal, a solenidade contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, do diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick, que participou da cerimônia de assinatura do ACT, representando o diretor-presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles, e dos dirigentes do Sebrae-RN, Marcelo Queiroz (presidente do Conselho Deliberativo), José Ferreira de Melo Neto (diretor superintendente), João Hélio Cavalcanti (diretor técnico) e Marcelo Toscano (diretor de operações). O evento contou com a participação do Prefeito de Natal, Álvaro Dias, e outras autoridades municipais e das esferas estadual e federal, secretários de estado, parlamentares da bancada federal do RN.

“Por mais simples que possa parecer, esse acordo é extremamente importante. cremos que a maior e mais importante ferramenta que temos no país de apoio ao pequeno empreendedor é o Sebrae. A tecnologia e a inovação são potencialmente relevantes para a mudança de cenários”, destaca o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Integração Nacional

Também participaram do evento no Sebrae, o presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn) e prefeito de São Tomé, Anteomar Pereira da Silva, o diretor do Desenvolvimento Regional e Urbano, Francisco Soares de Lima Júnior, o secretário Nacional do Saneamento, Pedro Maranhão, o Secretário estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, Alexandre Lima, e o deputado federal, Beto Rosado.

As ações que serão desenvolvidas pelos estados terão como base eixos transversais, envolvendo ambientes de negócios e políticas públicas voltadas para os pequenos negócios, promoção da inovação e da sustentabilidade dessas empresas, o acesso a novos mercados, fomento a iniciativas de impacto social e à economia criativa, além de articulação para interiorização do turismo no país.

“Era um sonho antigo do Sebrae que só agora está se concretizando. Há 15 anos, conseguimos aprovar o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Geral), que já previa políticas públicas para os pequenos negócios. Entendemos que essa nossa relação com os municípios potencializa vocações locais. Essa parceria promete ser uma mudança de patamar para potencializar rotas de integração, que no RN são essas apresentadas, mas vamos identificar em outros estados também”, garante o diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick. “A beleza dessa iniciativa é revelar as belezas do Brasil”.

Iniciativa piloto

O projeto-piloto previsto para o Rio Grande do Norte terá duração de 24 meses e envolverá 3.150 empreendimentos de 58 municípios potiguares. A Rota do Cordeiro, por exemplo, envolve 20 cidades do estado. Com o projeto espera-se fortalecer a atividade de produção de cordeiros e assim como outras atividades vinculadas a cadeia produtiva, como é o caso do beneficiamento de carne a distribuição comércio e as minifábricas de ração e gastronomia.

Ações no RN

Além da melhoria da gestão do empreendimento as ações de projeto também visam transferir tecnologia de baixo custo, como o reuso de água para produção intensiva de forragem no meio rural. A ideia é impulsionar a Rota do Cordeiro em âmbito do Turismo Regional e Nacional.

O presidente do CDE do Sebrae-RN, Marcelo Queiroz, também reforçou a importância da parceria para o desenvolvimento local. “Acreditamos que o desenvolvimento local acontece com o fortalecimento das potencialidades dos territórios e dos arranjos produtivos. Essas rotas e cadeias produtivas que o convênio vai englobar no nosso estado apresentam forte potencial de integração regional, sempre com o foco nos pequenos negócios”, avalia.

O diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto, detalhou como será a execução do projeto-piloto no RN, que servirá de parâmetro para outros estados explorarem as potencialidades locais. “Vamos ter brevemente reuniões com representantes de outros estados, começando pelo Nordeste, e depois com estados de outras regiões para implementar as ações que são eixos centrais desse acordo de cooperação técnica. A estimativa é que essas ações totalizem um investimento em torno de R\$ 10 milhões”, prevê Melo.

O diretor do Sebrae-RN antecipou que, entre as ações, também está prevista a implantação do projeto Cidades Empreendedoras em outros oito municípios do Rio Grande do Norte – iniciativa que será desenvolvida em conjunto com a Federação dos Municípios do RN (Femurn). Segundo Zeca Melo, a ação também vai potencializar o processo de obtenção do selo de Indicação Geográfica (IG) para o queijo do Seridó.

Na área e confecções o projeto vai atuar basicamente junto as oficinas de costura, visando diversificar as opções de serviços e ampliar o mercado para essas empresas, inclusive estimulando a produção de marcas próprias. Os empreendedores terão capacitações para desenvolvimento de novos modelos de negócio com foco no mercado digital e também na área de produtividade e inovação.

As ações voltadas para o setor de queijos principalmente da região do Seridó, abrangerão empreendedores de 16 municípios da região, com o objetivo de tornar o estado uma referência em produção de queijos regionais. Donos de laticínios, queijeiras e produtores de leite receberam consultorias técnicas para valorização de queijos artesanais, melhoria da qualidade do leite e prospecção de mercados diferenciados.

Já em relação ao mel, o trabalho será de ampliação da produção, produtividade e comercialização de produtos apícolas e meliponícolas em áreas que já produzem esses meles. O objetivo é gerar ocupação e renda de forma solidária e sustentável para atendimento do mercado interno e externo, além de integrar toda a cadeia produtiva e científica da meliponicultura e, por outro lado, conscientizar quanto à preservação do meio ambiente, conservação e recuperação do bioma da caatinga.

Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – BLOG DA JULISKA – Rio Grande do Norte – 29/06/2021

Link	https://www.blogdajuliska.com.br/sesc-rn-lanca-novo-edital-poti-cultural-para-selecionar-36-propostas
------	---



Sesc RN lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br, a partir do dia 1º.

Link	https://blogdowashington.com.br/esta-precisando-de-dinheiro-para-financiar-sua-obra-artistica/
------	---

Está precisando de dinheiro para financiar sua obra artística?

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. "O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos", comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br, a partir do dia 1º.

Serviço:

O que? Edital Poti-Cultural 2021

Quando? 1º de julho de 2021

Onde? sescrn.com.br

Cronograma:

Live "Tira-dúvida" Youtube do Sesc RN

29/06 – 12h – Linha de Fomento ao Audiovisual

30/06 – 12h – Linha de Pluralidade das Artes

Inscrições: 1º a 16 de julho de 2021

Envio das inscrições:

Pluralidade das Artes: poticulturalartes@rn.sesc.com.br

Fomento ao Audiovisual: poticulturalcinema@rn.sesc.com.br

Análise e avaliação das propostas: 19 a 23 de julho de 2021

Divulgação dos selecionados: 26/07/2021

Link	http://blogtuliiolemos.com.br/sesc-rn-lanca-novo-edital-poti-cultural-para-selecionar-36-propostas/
------	---

SESC RN LANÇA NOVO EDITAL POTI- CULTURAL PARA SELECIONAR 36 PROPOSTAS

Iniciativa surge com muitas novidades para escolher 6 trabalhos de fomento ao audiovisual e até 30 de pluralidade das artes

O Serviço Social do Comércio RN (Sesc RN), entidade do Sistema Fecomércio, lançará, no dia 1º de julho, o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021. Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de Fomento ao Audiovisual e outra de Pluralidade das Artes, selecionando 6 e 30 trabalhos, respectivamente.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, lembra que a iniciativa surgiu em 2020, quando a cadeia de eventos ficou paralisada e a classe artística teve sua renda comprometida. “O setor cultural foi um dos mais impactados com a crise e ainda sofre os efeitos. É com grande satisfação que lançamos este edital de fomento, movimentando o setor e estimulando a criação de conteúdos artísticos”, comenta.

Para a Linha de Fomento ao Audiovisual, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a Linha de Pluralidade das Artes selecionará propostas artísticas-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura. Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). As exposições nos canais oficiais do Sesc RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

Com intuito de tirar dúvida dos interessados, os organizadores promoverão lives para os devidos esclarecimentos. No dia 29 de junho, às 12h, no canal do Youtube do Sesc RN para a linha do fomento, e no dia seguinte, no mesmo horário para os demais concorrentes. As inscrições seguem até o dia 16 de julho de 2021, com edital disponível no site: sescrn.com.br.

Serviço:

O que? Edital Poti-Cultural 2021

Quando? 1º de julho de 2021

Onde? sescrn.com.br

Cronograma:

Live “Tira-dúvida” Youtube do Sesc RN

- 29/06 – 12h – Linha de Fomento ao Audiovisual
- 30/06 – 12h – Linha de Pluralidade das Artes

Inscrições: 1º a 16 de julho de 2021

Envio das inscrições:

- Pluralidade das Artes: poticulturalartes@rn.sesc.com.br
- Fomento ao Audiovisual: poticulturalcinema@rn.sesc.com.br

Análise e avaliação das propostas: 19 a 23 de julho de 2021

Divulgação dos selecionados: 26/07/2021

Praia Bonita resort & Convention receberá dias 01 e 02 de julho, II Fórum de Turismo de Nísia

Floresta – CRISTINA LIRA – Rio Grande do Norte – 29/06/2021

Link

<https://cristinalira.com/praiabonita-resort-convention-recebera-dias-01-e-02-de-julho-ii-forum-de-turismo-de-nisia-floresta/>

Praia Bonita resort & Convention receberá dias 01 e 02 de julho, II Fórum de Turismo de Nísia Floresta

Nos dias 01 e 02 de Julho será realizado o II Fórum de Turismo de Nísia Floresta/RN de forma presencial, no Praia Bonita Resort & Conventions. O evento contará com a presença: Alexandre Sampaio da CNC, Ana Carla Moura do Mtur, e Andréa Berengue da Fundação Joaquim Nabuco.

Objetivo Geral: O Fórum tem como finalidade preparar e discutir, junto com a comunidade local, empresários, empreendedores, Associações de Classe, ONGs, os passos do segmento do Turismo em Nísia Floresta, mola propulsora da economia local, tornando Nísia Floresta como Case de sucesso no segmento turístico, uma cidade sustentável e modelo de cidade criativa no Nordeste e Brasil. Geradora de emprego e renda – desta forma fazendo com que sua população não tenha que procurar emprego em cidades vizinhas ou na capital.

Meta: O Fórum de Turismo de Nísia Floresta vem como alternativa para poder, de uma forma científica, educacional e Profissional, através de autoridades do segmento, formar, orientar, incentivar e motivar cada vez mais o Turismo Regional, pontuando-o além do segmento de sol e mar os demais segmentos do município, seu potencial Socioeconômico e Cultural, para o desenvolvimento da cidade, sendo gerador e propulsor de emprego e renda. Alertando sobre a necessidade do cuidado e acolhida ao turista, buscando preparar a infraestrutura seja da cidade, ou do atrativo turístico, onde será abordado também a necessidade de preparação e formação de pessoas, buscando parcerias para capacitar profissionais gerando dentro do município cada vez mais, mão de obra qualificada.

Os seguintes palestrantes confirmaram presença:

Ana Carla Moura: Atualmente Coordenadora-Geral do Mtur. 25 anos de atuação. Diretora Social da ABBTUR DF e Diretora de Desenvolvimento Regional da ABBTUR Nacional;

Alexandre Sampaio: Coordenador do Conselho de Turismo e Hospitalidade da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo e Diretor da CNC

Professora Dra. Andrea Berenguer: Mestre em Direito, especialista em Turismo e em Gestão de Pessoas. Bacharel em Turismo, Bacharel em Direito e Bacharel em Comunicação Social/ Relações Públicas. Professora do IFPE no Curso de Turismo há 23 anos e atualmente na Fundação Joaquim Nabuco em colaboração técnica.

Professor Dr. Antônio Jânio Fernandes: Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (1986); Especialização em Educação Brasileira pela Universidade Estadual do Ceará – UEC; Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela UERN; Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba (2001). Dr em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP- SP,2011. Desde 2002 é professor efetivo do Curso de Turismo – da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Curso de Turismo.

Janielle Linhares da Silva: Administradora de Empresas; Especialista em Gestão de Projetos e Políticas Públicas; Secretária de Turismo e Comunicação de São Miguel do Gostoso/RN e Articuladora do Programa DEL Turismo.

Manoel Sidnézio Gomes de Moura (Sidnézio Moura) – Formado em Secretariado Executivo, pós-graduado em MBA em Liderança e Coaching na Gestão de Pessoas; Pós-graduando em Turismo Religioso, pela Faculdade Dom Alberto, pertencente ao grupo FAVENI; Graduando Bacharel em Turismo na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Coordenador do Fórum Nacional de Turismo Religioso, Idealizador e Coordenador do Caminho dos Santos Mártires do Brasil e uma das principais referências do Turismo Religioso do país.

A Praia de Camurupim localizada no litoral de Nísia Floresta/RN, ganhou este ano o Prêmio Travellers Choice 2021 – Best of the Best:

https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g2351334-d4056761-Reviews-Camurupim_Beach-Nisia_Floresta_State_of_Rio_Grande_do_Norte.html

Nísia Floresta também faz parte do Caminho dos Santos Mártires do Brasil, devido as Ruínas da Casa de Pedra de São João Lostal Navarro um dos Santos Mártires do Brasil, localizada em Hortigranjeira (Foto das Ruínas Anexa)

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-atingira-em-julho-98-da-oferta-de-voos-pra-pandemia/514256>

RN atingirá em julho 98% da oferta de voos pré-pandemia

« VIAGENS » Aeroporto Aluizio Alves tem 1.519 voos programados para julho, e estará conectado a 7 estados. Oferta de voos cresceu 56% ante junho

CLÁUDIO OLIVEIRA
Repórter

Com 1.519 voos programados para julho de 2021, a malha aérea potiguar vai chegar ao equivalente a 98% do que era no mesmo período de 2019, antes da pandemia do novo coronavírus. O Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, na Grande Natal, estará conectado a 11 aeroportos de 7 estados: Guarulhos (SP), Congonhas (SP), Viracopos (SP), Rio Galeão (RJ), Confins (MG), Brasília (DF), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG).

Os números estão no mais recente Boletim de Inteligência da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur/RN) com

informações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que apontam para um acréscimo de 56% no total de voos, de 59% em número de assentos e de 37% em ligações entre este mês de junho e julho próximo. Por isso, deve ocorrer crescimento substancial da malha aérea com o aumento de conexões e frequências de mercados importantes, como Fortaleza, Congonhas, São José do Rio Preto e Uberlândia. Segundo o Boletim, a frequência média será de 24 voos por dia operados pelas companhias aéreas Azul, Latam e Gol. A previsão é de 256 mil assentos ocupados.



Boletim mostra que número de passageiros ainda está na faixa dos 30% abaixo da demanda em 2019

ressaltou que os destinos são os mesmos com algumas adições, como o retorno dos voos de Congonhas com frequência de duas chegadas diárias que é significativa, dada a importância estratégica da quele terminal aéreo.

"Para São Paulo temos São José do Rio Preto, Campinas com oferta boa que não costumava ter e acaba sendo uma ligação tanto para o interior de São Paulo, quanto pra capital paulista. Congonhas tem importância para diferentes conexões. Fortaleza, que retorna. Salvador com voo diário e importante. Já no Galeão retorna o crescimento e Brasília, que é importante para a liga-

Congonhas (8%), Viracopos (5%), Fortaleza (3%), Confins (2%) e Salvador (2%), São José do Rio Preto (0,5%) e Uberlândia (0,5%).

Todas as companhias aéreas apresentarão em julho incremento da oferta de voos em relação ao mês anterior, mas somente a Latam vai superar o que oferecia neste mesmo período em 2019. De 467 voos vai operar com 564 (+20%). Naquele ano, a Azul tinha 477 e agora ficará com 398 (-16%). A Gol estava com 604 e agora vai disponibilizar 557 (-7,7%).

Apesar do aumento no número de voos em julho, o número de passageiros ainda está na faixa dos

destacou o coordenador de inteligência da Emprotur.

Nos primeiros cinco meses de 2019 o movimento no Aeroporto Aluizio Alves foi de 962.043 passageiros, o que mostra que a quantidade entre janeiro e maio deste ano, de 568.834 viajantes, ainda está aquém do que registrou no período pré-pandêmico. Em maio deste ano, o fluxo aéreo cresceu 50% no volume de passageiros (91 mil) em relação a abril, após três períodos consecutivos de retração, mas continuou 41% menor que maio de 2019.

Em Mossoró, a previsão é de 62 voos em julho com capacida-

O coordenador de Inteligência da Emprotur, Leonardo Seabra, explicou que a situação é praticamente a mesma de janeiro passado, quando houve uma tendência de recuperação de voos e das atividades turísticas devido a melhoria da pandemia, mas que as expectativas são melhores. Ele

ção com o Centro-Oeste, praticamente dobra. Em Uberlândia, Minas é nosso terceiro mercado e a gente torce para que permaneça", relatou Leonardo Seabra.

Guarulhos continua sendo o principal destino com 32% dos assentos, seguido por Brasília (18%) e Recife (18%), Rio Galeão (11%),

30% abaixo do que era registrado em 2019. "O fluxo de passageiros ainda é inferior e esta em cerca de -30% comparado a 2019. A expectativa é de que fiquemos com -20% de fluxo neste ano, mas agente espera que com a oferta de voos, o avanço da vacinação, melhore o número de passageiros",

de para 4.340 assentos. A maior parte é para Recife (48) e o restante com destino a Aracati (14). Desde a reativação dos voos em março, o aeroporto de Mossoró apresentou maior volume de passageiros e aeronaves. Foram 1.244 passageiros em maio passado e 45 aeronaves.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-atingira-em-julho-98-da-oferta-de-voos-para-pandemia/514256>

Vendas aumentaram em 30%, afirma ABAV

As agências de viagens já estão sentindo o reflexo do aumento de voos para julho. A Presidente da Agência Brasileira de Agências de Viagens, seccional do Rio Grande do Norte (ABAV- RN), Michelle Pereira, disse que este será o melhor mês desde que a pandemia começou.

"Seguramente, julho vai ser grande divisor de águas. Estamos sentindo um crescimento gigantesco. Desde o início da pandemia este vai ser o melhor mês de vendas, que aumentaram em torno de 30% em relação ao procurado para junho" relatou a presidente da Abav/RN. Ela explicou que, quanto mais voos disponíveis, maior a oferta e a redução de preços, atraindo pessoas que estão há um ano e meio ansiosas para fugir da rotina do confinamento imposta pela pandemia da covid-19.

O avanço da vacinação também tem impacto na procura por viagens. "Julho tem férias e tradicionalmente é o mês de alta estação. Tivemos promoções das

companhias aéreas, em função de uma malha aumentando. Além disso, com a vacinação avançando, a tendência é de crescimento para o turismo nacional", declarou Michelle Pereira. "As agências aproveitaram a pandemia para se manter mais próximas e fidelizar clientes, oferecendo maior assistência, consultoria, solução para marcar e desmarcar viagens, enfim, dando segurança ao cliente", frisou.

Já na rede hoteleira, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hoteis (ABIH/RN), Abdon Gosson, disse que ainda não dá para sentir o mesmo impacto. "A gente só vai sentir o reflexo quando começar a chegar os voos. Já era esperado para todo o país esse aumento da malha aérea porque as companhias já planejavam. Com o avanço da vacinação e o desejo das pessoas de saírem para viajar esperamos esse crescimento", disse.

Ele destacou que o turismo envolve 55 outras atividades eco-



PRINCIPAIS ASSENTOS RESERVADOS

Garulhos: 95
Brasília: 51
Rio Galeão: 31
Congonhas: 22
Recife: 22
Viracopos: 12
Fortaleza: 7
Salvador: 6

Aumentos significativos:
Congonhas (+662%)
Cofins (+533%)
Rio Galeão (+96%)
Brasília (+85%)

Fonte: Empotur - Julho 2021

nômicas, mas que não recebeu assistência dos governos para enfrentar a crise, por isso, aqueles que conseguiram resistir e não fecharam durante a pandemia,

serão beneficiados com a chegada de turistas que deve acontecer com a ampliação de voos. "Não sabemos ainda quais empresas estarão operando ainda, já que muitos empreendimentos fecharam e ainda não abriram e isso é ruim porque o setor acaba diminuindo oferta aos turistas. A previsão a nível de Brasil é voltar a normalidade do turismo somente em 2024. Mas espera-se uma retomada muito boa", pontuou Abdon Gosson.

Segundo disse, estima-se que o setor opere com cerca de 30% em relação a 2019 porque a comparação com 2020 gera distorção, já que o segmento fechou as portas. "Quanto aos voos, esperamos um crescimento consistente porque, se não tiver gente para voar, serão retirados. Que chegue e saiam cheios. A economia não está bem, mas existe uma necessidade das pessoas saírem, viajarem, e essa será a válvula de escape", avaliou o presidente da ABIH/RN.

Prefeitura recebe minuta do PDN

« REVISÃO » Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo enviou minuta que prevê a modernização do Plano Diretor de Natal à Secretaria de Governo

A Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) enviou à Secretaria de Governo (SMG), a minuta de Lei de revisão do Plano Diretor de Natal. O documento é o resultado das discussões com a sociedade natalense e visa atualizar essa importante legislação que vai nortear o uso e a ocupação do solo da cidade nos próximos anos. Após avaliação formal pelo executivo, o projeto será enca-

minhado à Câmara Municipal.

Com a conclusão da quarta etapa desse processo, que correspondeu à instalação da Conferência Final, iniciada com a pré-conferência para eleição dos delegados, que representaram os diversos segmentos da sociedade e culminou com a votação ocorrido nos dias 14 a 16 de junho, será iniciada uma nova etapa após a análise formal pela Procuradoria Geral do Município.

“Após o resultado, publicado em 17 de junho, a coordenação técnica do Plano, cumprindo as suas atribuições, sistematizou o conteúdo aprovado pelos delegados na Conferência Final, enviou à Secretaria de Governo para que seja analisado seu teor formal pela Procuradoria do Município”, disse o titular da Semurb, Thiago Mesquita.

O documento tem 84 páginas e 5 títulos. Sua principal mudan-

ça será na aplicação do coeficiente de aproveitamento, usado para indicar o adensamento da cidade que, se aprovado, será aplicado a partir das condições das bacias de esgotamento sanitário, cujos dados serão disponibilizados pela Caern. Há um título dedicado aos sistemas urbanos e ambientais e outro à Gestão democrática do planejamento urbano e ambiental e dos fundos municipais.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/quase-27-mil-pessoas-na-o-terminaram-ciclo-vacinal-no-rio-grande-do-norte/514249>

Quase 27 mil pessoas não terminaram ciclo vacinal

« PANDEMIA » Sesap faz apelo para que pessoas que estão em tempo de concluir processo de imunização procurem postos de vacinação no Estado

A Secretária de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN) está intensificando sua atuação junto aos municípios potiguares para mobilizar a população que ainda não buscou os postos para tomar a segunda dose da vacina contra a covid-19. A subsecretária de planejamento e gestão da Sesap, Lyane Ramalho, explica que no Rio Grande do Norte há em torno de 27 mil pessoas sem D2, e por isso a Sesap orienta aos municípios a busca ativa daqueles que não registraram a aplicação da segunda dose.

“Esse trabalho será a nossa prioridade. Estaremos durante essa semana fazendo a busca ativa e teremos reuniões com as apoiadoras das Regionais de Saúde para intensificar o trabalho com os municípios”, afirma a gestora. Outra preocupação é com o subregistro da aplicação das doses, que pode estar contribuindo para elevar o número de pessoas que constam no sistema RN + Vacina com o esquema vacinal incompleto. “Precisamos zerar esses números ou no mínimo entender por que ainda existem”, explica a subsecretária.

Foram realizadas reuniões virtuais com secretários municipais de saúde, equipes técnicas de imunização, coordenadores da atenção primária em Saúde de todas as cidades, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do RN (Cosems-RN), membros do Ministério Público e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde para otimizar o processo da vacinação, inclusive



ALEX RÉGIS

Secretaria Municipal de Saúde de Natal segue vacinando pessoas com 44 anos e mais sem doenças

em relação à inserção de dados no sistema após a aplicação de doses das vacinas contra a Covid-19.

Para a população, fica o apelo para que fiquem atentos às datas de tomada da segunda dose da vacina. “Queremos deixar o nosso chamamento para que a população não deixe de tomar a segunda dose, pois só assim estará completando a imunização”, conclui.

Nesta quarta-feira (30/06), a vacinação em Natal continua para pessoas com 44 anos sem comorbidades em todas as 35 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos seis drive-thrus da cidade. Os trabalhadores da indústria, a partir de 34 anos, poderão receber o imunizante exclusivamente no

SESI. Todas as categorias contempladas anteriormente para a vacinação também podem procurar um dos pontos para se vacinar.

Nesta quarta-feira, até a chegada de novas doses do imunizante da Pfizer, a capital estará vacinando exclusivamente as grávidas e puérperas no drive-thru e sala de vacinação da OAB. Os profissionais de Educação também podem se vacinar em qualquer ponto de vacinação ou nos pontos exclusivos para esse público. Os locais são os campi do IFRN Central e Zona Norte, que funcionarão até sexta-feira (02/07), além do Campus Central da UFRN.

A documentação necessária, lista com endereços de UBS e drives podem ser acessadas através do si-

tevacina.natal.rn.gov.br. Também é importante que seja realizado o cadastro prévio no RN + Vacinas.

As pessoas que tomaram a primeira dose do imunizante da Oxford há 85 dias, devem procurar um dos pontos de vacinação para receber a segunda dose e completar seu esquema vacinal.

Ceará-Mirim

Ceará-Mirim confirmou que deve iniciar nesta quarta-feira a vacinação contra a covid-19 para população sem comorbidades a partir dos 40 anos. A aplicação dos imunizantes será feita das 8h às 19h na Praça de Vagos (Cohab) e nos postos de saúde de cada distrito, seja na zona urbana ou rural do município.

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/indicaa-a-es-para-a-cpi-na-al-podem-ser-feitas-nesta-quarta/514270
------	---

Indicações para a CPI na AL podem ser feitas nesta quarta

« **LEGISLATIVO** » Deputados que vão compor a Comissão de Inquérito para investigar os contratos do governo estadual devem ser indicados pelos líderes de bancadas



Deputados devem concluir hoje as articulações para a composição da CPI da Covid na Assembleia

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está sendo criada na Assembleia Legislativa para investigação de 12 contratos governamentais na área de saúde pública no período da pandemia de coronavírus, deve começar a avançar a partir de hoje, na prática, com as indicações dos cinco deputados que irão conduzir os trabalhos por 120 dias.

O colegiado de líderes de bancadas já havia acordado, que cada bloco partidário precisa apontar os nomes dos membros da CPI até antes de começar a sessão híbrida, na manhã desta quinta-feira (30), mas existe um ‘cabo de guerra’ entre a situação e a oposição, que reivindicam o direito de indicar a maioria dos deputados – três de um lado e dois de outro

Enquanto a oposição articula o chamado “blocão” de seis partidos, que incluiriam SOLIDARIEDADE/PSDB/PSC/DEM/MDB/PSD com 14 deputados, a situação protocolou eletronicamente a oficialização de cinco blocos governistas - PT/PSB, PL/PROS/REPUBLICANOS e ainda MDB/PSD, com mesmo número de parlamentares.

Independentemente do impasse no número de componentes das bancadas da oposição ou situação

na CPI da Covid-19, o deputado Kelps Lima (SOLIDARIEDADE) vinha antecipando, no decorrer da semana passada, que além dele, a oposição deve indicar para compor a Comissão os deputados Getúlio Rego (DEM) e o deputado Gustavo Carvalho (PSDB). A oposição também reivindica o direito de eleger o presidente da CPI.

Do outro lado, o líder do governo, deputado Francisco do PT, afirmou que a base aliada não definiu os nomes que irão compor a CPI da Covid-19, mas confirmou que a bancada governista pleiteia a indicação do relator dos trabalhos, responsabilidade que cabe, regimentalmente, ao deputado que vir a ser eleito presidente.

Com relação ao imbróglio interno envolvendo as bancadas do MDB/PSD, o deputado Nelter Queiroz (MDB) afirma que tem a primazia para liderar a bancada, porque já representava o partido antes da chegada do deputado Dr. Bernardo, ex-Avante. Já a situação alega que a aliança firmada entre Dr. Bernardo e mais dois deputados do PSD – Vivaldo Costa e Jacó Jácome, formaram a maioria suficiente para houvesse a composição do bloco parlamentar pelo lado governista.

Já o presidente estadual do PSD, ex-governador Robinson Faria, encaminhando o ofício ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), informando a destituição do deputado Vivaldo Costa da liderança da bancada e assim como o deputado Jacó Jácome, ambos destituídos das atividades partidárias na Assembleia, com a indicação do opositor deputado Galeno Torquato para líder do PSD.

O caso deve ir às barras da Justiça, como já se pronunciou o deputado Jacó Jácome na rede sociais: “Nós decidimos formar um bloco individual porque ganhamos mais força em relação ao partido, antes a gente estava diluído num bloco maior (PSD/DEM/MDB), mas agora queríamos formar com três deputados, mas fui surpreendido com uma nota de Robinson Faria, dizendo que a indicação de Vivaldo Costa está suspensa, porque discorda dela”.

O requerimento dos dez deputados da oposição pretende apurar atos administrativos por “ação e omissão” durante a pandemia da Covid-19 supostamente praticadas no âmbito de processos indicados pelos parlamentares que assinaram o pedido de instalação da CPI.

30/01/2021

Gov. Bolsonaro pediu US\$ 1 por dose em propina, afirma vendedor de vacinas

Representante da empresa Davati Medical Supply afirmou que proposta partiu de Roberto Dias, diretor do Ministério da Saúde

Constança Rezende

Assalua O representante de uma vendadora de vacinas afirmou em entrevista à Folha que recebeu pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde.

Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se apresenta como representante da empresa Davati Medical Supply, disse que o diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, cobrou uma propina em um jantar no restaurante Vasto, no Brás de Pindamonhangaba, região central da capital federal, no dia 25 de fevereiro. Roberto Dias foi indicado ao cargo pelo líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Sua nomeação ocorreu em 8 de janeiro de 2020, na gestão do ex-ministro Luiz Henriques Mandetta (DEM). A Folha tentou, sem sucesso, contato com Dias na noite desta terça-feira (29). Ele não atendeu as ligações.

A empresa Davati buscou a pasta para negociar 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca com uma proposta feita de US\$ 3,50 por cada (depois disso o valor passou para US\$ 15,50). "O caminho do que aconteceu nesses bastidores com o Roberto Dias foi uma coisa muito tenebrosa, muito aquerosa", disse Domingueti.

A Folha chegou a Domingueti por meio de Cristiano Alberto Carvalho, que se apresenta como procurador da empresa no Brasil e também aparece nas negociações com o ministério. Segundo Cristiano, Domingueti representa a empresa desde janeiro.

"Fui falei que nós tínhamos uma vacina, que a empresa era uma empresa forte, a Davati. E aí ele falou: 'Olha, para trabalhar dentro do ministério, tem que compor com o grupo. E eu falei: 'Mica como compor com o grupo? Que composição que seria essa?', contou Domingueti.

"Aí ele me disse que não avançava dentro do ministério se a gente não compusesse com o grupo, que existe um grupo que só trabalha dentro do ministério, se a gente conseguisse algo a mais tinha que majorar o valor da vacina, que a vacina teria que ter um valor diferente do que a proposita que a gente estava propondo", afirmou à Folha o representante da empresa.

"Aí eu falei que não tinha como, não fazia, mesmo porque a vacina vinha lá de fora e eles não faziam, não operavam daquela forma. Ele me disse: 'Pensa direitinho, se você quiser vender vacina no ministério tem que ser dessa forma', acrescentou.

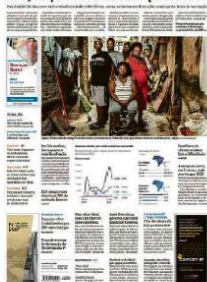
A Folha perguntou então qual seria essa forma. "Acreditamos 1 dólar", respondeu. Segundo ele, US\$ 1 por dose. "Dariam 200 milhões de doses de propina que eles queriam, com R\$ 1 bilhão".

"E, olha, foi uma coisa estranha porque não estava só eu, estavam ele [Dias] e mais dois. Era um militar do Exército e um empresário lá de Brasília", ressaltou Domingueti.

Questionado se teria alguma que o encontro foi como diretor de Logística do ministério, Domingueti respondeu: "Claro, tenho certeza. Se pegar a telemetria do meu celular, as câmeras do shopping, do restaurante, qualquer coisa, vai ver que eu estava lá com ele

FOLHA DE S. PAULO

Brasil bate 250 mil mortos, após um ano, no pior momento da pandemia



Primeira página da Folha do dia em que ocorreu o jantar relatado pelo vendedor

era ele mesmo". "Ele [Dias] ainda pegou uma taça de chope e falou: 'Vamos aos negócios. Desse jeito. Aí eu olhei aquilo, era surreal, né, o que estava acontecendo'".

"Eu estive no ministério, com Elcio [Franco, ex-secretário executivo do ministério], com o Roberto, ofertando uma oferta legítima de vacinas, não comprou porque não quis. Eles validaram que a vacina estava disponível".

Segundo Domingueti, o jantar ocorreu na noite do dia 25 de fevereiro, na véspera de uma agenda oficial com Roberto Dias no Ministério da Saúde e um dia após o país ter atingido a marca de 250 mil mortos na pandemia.

"Fui levado com a proposta para o ministério e chegando lá, falei logo um dia antes de eu vir embora, recebi o contato de que o Roberto Dias tinha interesse em conversar comigo sobre aquisição de vacinas", disse Domingueti. "Quando foi umas 19h, 18h [do dia 25], meu telefone tocou. Me surpreendi que a gente não encontrara no Vasto, no shopping. Cheguei lá, foi onde eu confidenci pessoalmente o Roberto Dias", afirmou.

Domingueti disse que recusou o pedido de propina feito pelo diretor da Saúde.

"Aí eu falei que não fazia, que não tinha como, que a vacina teria que ser daquela forma mesma, pelo preço que estava sendo ofertado, que era aquele e que a gente não fazia, que não tinha como. Aí ele falou que era para pensar direitinho e que ia colocar meu nome na agenda do ministério, que naquela noite que eu pensasse e que no outro dia iria me chamar".

Domingueti continuou então o relato daqueles dias de suas. "Aí eu cheguei no ministério para encontrar com ele [Dias] e ele me pediu as documentações. Eu disse para ele que teriam que colocar uma proposta de compra do ministério para enviar as documentações, as certificações da vacina, mas que algumas documentações da vacina eu conseguia adiantar", afirmou.

Segundo ele, o encontro na Saúde não evoluiu. "Aí ele [Dias] me disse: 'Fica numa sala ali. E me coloque numa sala do lado ali. Ele me falou que tinha uma reunião. Disse, eu recebi uma ligação perguntando se ia ter o acerto. Aí eu falei que não, que não tinha como'".

"Isso, dentro do ministério. Aí me chamaram, disseram que ia entrar em contato com a Davati para tentar fazer a vacina e depois me chamaram. Aí depois nós tentamos por outras vias, tentamos conversar com o Elcio [Franco], explicamos para ele a situação também, não adiantou nada. Ninguem queria a vacina", afirmou.

Segundo ele, Roberto Dias disse que "tinha um grupo, que tinha que atender a um grupo, que esse grupo operava dentro do ministério, e que se não agradasse esse grupo a gente não conseguiria vender".

Questionado sobre se esse "grupo" seria esse, ele respondeu: "Não sei. Não sei quem eram os personagens. Quando ele começou com essa conversa, eu já não dei mais seguimento porque eu já sabia que o trem não era bom".

"A Davati começou a operar nessas vendas de insumos pro Covid. A Davati era uma empresa muito séria e eu não recebi uma parceria de trabalhar com ela, de apresentar os produtos. E quando a Davati teve acesso a vacina, né, que realmente se concretizou que tinha acesso aos domos da vacina, aos investidores, me veio a proposta no sentido de entrar colocar a vacina no Brasil", afirmou Domingueti.

"Era um sonho, na verdade era um sonho nosso. É uma realização até pessoal porque se a gente pegar um valor da vacina que ela está sendo vendida lá fora e que ia ser colocado no Brasil era o mesmo. Não existia aquele negócio de majorar, de ganhar, era mais um sonho, a gente sonhava com isso. Fazia parte do processo, entrar na história como alguém que ajudou", disse.

As suspeitas sobre corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde veio à tona em torno da compra da vacina indiana Covaxin, quando a Folha revelou no último dia 18 o teor do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal, que relatou presunção "altíssima" para liberar a importação de doses.

Desde então, o caso virou prioridade da CPI da Covid no Senado. A comissão stapeleta da imunização, por ter sido fechado em tempo recorde, em um momento em que o imunitarizante ainda não tinha todos os dados divulgados, e previu o maior valor por dose, em torno de R\$ 80 (ou US\$ 15 a dose).

Meses antes, o ministério já tinha negado propostas de vacinas mais baratas do que a Covaxin e já aprovadas em outros países, como a Pfizer (que custava a US\$ 10 por dose). A crise chegou ao Palácio do Planalto após o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), irmão do servidor do Ministério da Saúde, relatar que o presidente da República havia sido alertado sobre as irregularidades na contratação da Covaxin em uma reunião com eles realizada em março.

Segundo o relato do parlamentar, Bolsonaro teria respondido que iria solicitar a Polícia Federal para que uma investigação fosse aberta para apurar as denúncias.

Continuação da pág. A5



O diretor de logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias

Manoel Costa Jr. - B.A. 20/Agrícola 1

Continuação da pág. A4

A CPI da Covid, no entanto, averiguou e constatou que não houve solicitações nesse sentido para a Polícia Federal. Ao se manifestar sobre o assunto, Bolsonaro primeiro disse que a PF agora vai abrir inquérito para apurar as denúncias feitas pelo deputado e seu irmão e depois afirmou que não tem como saber o que acontece nos ministérios.

Nesta terça, o Ministério da Saúde decidiu suspender o contrato com a Precisa Medicamentos para obter 20 milhões de doses da Covaxin. Segundo membros da pasta, a decisão atual é pela suspensão até que haja novo parecer sobre o caso. A pasta, porém, já avalia a possibilidade de cancelar o contrato.

Já na última segunda-feira (28) a Folha também revelou que o advogado do deputado federal Ricardo Barros

atuiu como representante legal da vacina chinesa Covaxin no Brasil, participando inclusive de reunião com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Sócio do grupo de Barros até março deste ano, o advogado Flávio Parisier participou de reunião com a Anvisa no último dia 30 de abril. Segundo o site da agência, a pauta da reunião referia-se às "análises" sobre a desenvolvimento da vacina do ICB [Instituto Vital Brazil] & Becher & Cassinino Biosa ser submetida a uso emergencial para a Anvisa.

Integrantes da CPI da Covid querem apurar a negociação da Covaxin com o Ministério da Saúde. A empresa Becher Farmacêutica, com sede em Maringá (PR), atuou como representante do laboratório Cassinino Biológicos no Brasil, responsável pelo imunitarizante. No último domingo (27),

Barros divulgou nota por ter sido citado pelo deputado Luis Miranda como participante que atuou em favor da aquisição de vacinas superfaturadas. Paralelo a isso, o líder do governo apresentou a defesa preliminar enviada à Justiça Federal. O documento é assinado por Parisier.

O advogado também assumiu a defesa de Barros no STF (Supremo Tribunal Federal), após o deputado ter sido delatado por executivos da construtora Galvão Engenharia.

Além de atuar na defesa de Barros, Parisier acompanhou o líder do governo durante encontro com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto no dia 24 de fevereiro, durante a posse do deputado do centro Jolo Roma (Republicanos-BA) como ministro da Cidadania.

Leia mais sobre a suspensão do acordo com a Covaxin na pág. A6

“Ele [Roberto Dias] me disse que [a negociação] não avançava dentro do ministério se a gente não compusesse com o grupo, que existe um grupo que só trabalhava dentro do ministério, se a gente conseguisse algo a mais tinha que majorar o valor da vacina, que a vacina teria que ter um valor diferente do que a proposta que a gente estava propondo

Eu falei que não tinha como [aumentar o valor da vacina], não fazia, mesmo porque a vacina vinha lá de fora e que eles não faziam, não operavam daquela forma. Ele me disse: 'Pensa direitinho, se você quiser vender vacina no ministério tem que ser dessa forma'

Dariam 200 milhões de doses de propina que eles queriam, com R\$ 1 bilhão. E, olha, foi uma coisa estranha porque não estava só eu, estavam ele [Dias] e mais dois. Era um militar do Exército e um empresário lá de Brasília

Ele [Dias] ainda pegou uma taça de chope e falou: 'Vamos aos negócios'. Desse jeito. Aí eu olhei aquilo, era surreal, né, o que estava acontecendo

Eu falei que não fazia, que não tinha como, que a vacina teria que ser daquela forma mesmo, pelo preço que estava sendo ofertado, que era aquele e que a gente não fazia, que não tinha como. Aí ele falou que era para pensar direitinho e que ia colocar meu nome na agenda do ministério, que naquela noite que eu pensasse e que no outro dia iria me chamar

Luiz Paulo Domingueti Pereira representante da empresa Davati Medical Supply

Ministério da Saúde suspende contrato da vacina Covaxin

Medida ocorre em meio a suspeita de irregularidades no acordo, alvo da CPI

Natália Cancian e Daniel Carvalho

BRASÍLIA O Ministério da Saúde decidiu suspender o contrato com a Precisa Medicamentos para obter 20 milhões de doses da vacina indiana Covaxin. A informação foi dada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, à CNN Brasil, e confirmada por ele à Folha.

A decisão ocorre em um momento em que indícios de irregularidades no contrato têm sido alvo da CPI da Covid. Segundo membros da pasta, a decisão atual é pela suspensão até que haja novo parecer sobre o caso. A pasta, porém, já avalia a possibilidade de cancelar o contrato.

No fim da tarde desta terça-feira (29), logo após cerimônia no Palácio do Planalto, Queiroga e o ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), Wagner Rosário, oficializaram a notícia da suspensão.

“Por orientação da Controladoria-Geral da União, por uma questão de conveniência e oportunidade, decidimos suspender o contrato para que análises mais aprofundadas sejam feitas”, afirmou o ministro da Saúde.

“Por outro lado, o Ministério da Saúde vai fazer uma apuração administrativa para verificar todos os aspectos da temática que foi suscitada a partir do fim da semana passada”, disse Queiroga.

De acordo com Rosário, a investigação deve durar “não mais de dez dias”. A equipe da CGU foi reforçada, segundo o ministro, para que o processo seja célere.

“A gente suspendeu por uma medida simplesmente preventiva, visto que existe denúncia de uma possível irregularidade que não conseguimos ainda ser bem explicada pelo denunciante. Abriremos uma investigação preliminar na semana passada, uma auditoria específica em relação ao contrato e o tempo de suspensão vai durar tão somente o prazo da apuração”, afirmou o chefe da CGU.



O ministro da Saúde Marcelo Queiroga em evento no Palácio do Planalto. Adriano Machado/Reuters

Como a Folha mostrou na última semana, o tema tem sido alvo de discussão na consultoria jurídica, diretoria de integridade e áreas técnicas da pasta. O processo é avaliado por órgãos de controle.

Em nota, a pasta diz que a decisão ocorreu por recomendação da Controladoria-Geral da União.

“De acordo com a análise preliminar da CGU, não há irregularidades no contrato, mas, por compliance, o Ministério da Saúde optou por suspender o contrato para uma análise mais aprofundada do órgão de controle”, diz a pasta, que nega ter feito pagamentos pela vacina. O governo, porém, reservou o valor de R\$ 1,6 bilhão para o contrato.

Segundo o Ministério da Saúde, a suspensão não vai alterar a previsão da pasta de vacinar toda a população com mais de 18 anos até setembro.

A existência de denúncias de irregularidades em torno da compra da vacina indiana Covaxin foi revelada pela Fo-

lha no último dia 18, com a divulgação do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal, que relatou pressão “atípica” para liberar a importação da Covaxin.

Desde então, o caso virou prioridade da CPI no Senado. A comissão suspeita do contrato para a aquisição da imunização, por ter sido fechado em tempo recorde, em um momento em que o imunizante ainda não tinha tido todos os dados divulgados, e prever o maior valor por dose, em torno de R\$ 80 (ou US\$ 15 a dose).

Meses antes, o ministério já tinha negado propostas de vacinas mais baratas do que a Covaxin e já aprovadas em outros países, como a Pfizer (que custava US\$ 12).

A crise chegou ao Palácio do Planalto após o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), irmão do servidor da Saúde, relatar que o presidente havia sido alertado por eles em março sobre as irregularida-

des. Bolsonaro teria respondido, segundo o parlamentar, que iria acionar a Polícia Federal para que abrisse uma investigação.

ACPI da Covid, no entanto, averiguou e constatou que não houve solicitações nesse sentido para a PF. Ao se manifestar sobre o assunto, Bolsonaro primeiro disse que a Polícia Federal agora vai abrir inquérito para apurar as suspeitas e depois afirmou que não tem “como saber o que aconteceu nos ministérios”.

O contrato com a Precisa foi firmado em fevereiro. Integrantes do governo justificam o acordo dizendo que o objetivo era obter doses ainda no primeiro semestre, em tentativa de acelerar a campanha de imunização. A previsão de entrega nunca foi cumprida, o que tem dado margem para discutir romper o acordo.

Nesta terça-feira, a Precisa entrou com pedido de uso emergencial da vacina na Anvisa. O prazo para análise varia de sete dias úteis a até 30 dias, a depender da entrega

dos documentos exigidos pela agência.

Em nota, a Anvisa diz que já iniciou a triagem dos documentos presentes no pedido.

Anteriormente, a empresa fez um pedido para estudos clínicos da vacina no Brasil, o qual foi aceito em maio pela Anvisa. A previsão é que os testes, que devem ser feitos com apoio do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, sirvam como complemento a dados da vacina obtidos em estudos na Índia.

PGR se opõe à abertura de inquérito contra Bolsonaro

Matheus Teixeira

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestou contra a notícia-crime em que três senadores pedem ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquérito para investigar o presidente Jair Bolsonaro pelo crime de prevaricação devido às suspeitas sobre a compra da vacina Covaxin.

A Procuradoria afirmou ao Supremo que o pedido apresentado pelos parlamentares deve ter tramitação encerrada imediatamente para que os fatos levantados pela CPI da Covid sejam apurados pelo órgão após a entrega do relatório final da comissão à PGR.

A ministra do STF Rosa Weber foi sorteada relatora do processo e pediu nesta segunda (28) uma manifestação da PGR sobre o caso. A magistrada não é obrigada a seguir o parecer da Procuradoria e pode determinar a abertura do inquérito da mesma forma.

O parecer da PGR foi assinado pelo vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques. Ele afirma que o correto seria a Procuradoria se manifestar sobre os fatos levantados pela CPI apenas depois de a comissão enviar o relatório final de seus trabalhos à PGR. “O Ministério Público Federal entende que as conclusões da investigação parlamentar que se encontra em curso no Senado, com eficiência invencível, devem ser enviadas na oportunidade prevista na Constituição e na legislação de regência, sem contraste no exercício das respectivas atribuições”, disse.

OAB contráz Barros sobre evento com seu advogado

SÃO PAULO O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, desmentiu a afirmação do deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, de que levou o advogado Flávio Pansieri ao gabinete de Jair Bolsonaro como “delegado do conselho federal da OAB”.

Pansieri é advogado de Barros e atuou como representante legal da vacina chinesa Convidencia no Brasil, participando inclusive de reunião com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A negociação da Convidencia com o Ministério da Saúde entrou no foco da CPI

O que aconteceu após revelação do caso pela Folha

18 JUN Reportagem aponta pressão atípica. Em depoimento mantido em sigilo pelo MPP e obtido pela Folha, Luis Ricardo Miranda, chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde, afirmou ter sofrido pressão atípica para tentar garantir a importação da vacina Covaxin.

22 JUN É bem mais grave? Irmão do servidor, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) disse à Folha que o caso é “bem mais grave” do que a pressão para fechar o contrato.

23 JUN Menção a Bolsonaro. Luis Miranda afirmou ter alertado o presidente sobre os indícios de irregularidade. “No dia 20 de março fui pessoalmente, com o servidor da Saúde que é meu irmão, e levamos toda a documentação para ele”.

CPI aprova depoimentos Os senadores da comissão aprovaram requerimento de convite para que o servidor prestasse depoimento. A oitiva ocorreu na sexta-feira (25). Luis Miranda também foi ouvido. Os parlamentares também aprovaram requerimento de convocação do tenente-coronel Alex Lial Marinho, que seria um dos autores da pressão. A CPI também decidiu pela quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Lial Marinho.

Denúncia grave Presidente da CPI, o senador Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que as denúncias de pressão e a possibilidade de que o presidente Jair Bolsonaro tenha tido conhecimento da situação talvez seja a denúncia mais grave recebida até aqui pela comissão.

Bolsonaro manda PF investigar servidor e deputado O presidente mandou a PF investigar o deputado Luis Miranda e o irmão dele. O ministro da Secretaria-Geral, Onyx Lorenzoni, e Elcio Franco, assessor especial da Casa Civil e ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, foram escalados para fazer a defesa do presidente. Elcio é investigado pela CPI.

24 JUN Governistas dizem que Bolsonaro repassou suspeitas a Pazuello. Governistas da CPI afirmaram que o presidente pediu que Pazuello verificasse as denúncias envolvendo a compra da Covaxin assim que teve contato com os indícios.

‘Acusação é arma que sobra’ “Me acusam de quase tudo,

Líder do governo no Senado diz que ex-número 2 da Saúde apurou denúncia a pedido de Bolsonaro

Renato Machado

BRASÍLIA Um dia após senadores pedirem ao STF (Supremo Tribunal Federal) a investigação do presidente Jair Bolsonaro pelo suposto crime de prevaricação, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou nesta terça (29) que as denúncias em torno da compra da vacina Covaxin foram apuradas de maneira “cautelosa e criteriosa” por Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde.

O ex-número 2 da pasta, então sob o comando do general Eduardo Pazuello, teria con-

tra apurar as denúncias.

Bezerra agora relata que a apuração dos fatos foi levada a diante por Elcio Franco. Pazuello e Franco integram a lista de 14 nomes que passaram da condição de testemunha para investigados pela CPL.

“Diante do encontro relatado pelo deputado federal Luis Miranda, o presidente da República entrou em contato com o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no dia 22 de março de 2021, segunda-feira, a fim de solicitar a realização de uma apuração preliminar”, afirmou o líder do governo, em um pronunciamento lido na CPI da Covid.

nifestado, inclusive pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde”, afirmou Bezerra.

A sessão desta terça-feira da CPI foi destinada a ouvir o deputado estadual do Amazonas Fausto Junior (MDB), que foi relator de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a pandemia na Assembleia Legislativa amazense.

A oitiva do deputado estadual amazonense foi tumultuada, com diversos momentos de discussões entre o presidente da comissão parlamentar, o senador Omar Aziz (PSD-AM), e o depoente.

no programa, que pode até incluir a mudança do nome dele, pelo que sabemos”, diz o parlamentar.

“A mesma PF já investiga o caso [de suposto esquema na compra da Covaxin], e sabe que meu irmão é testemunha inclusive deles”, continua Miranda.

O deputado afirma que está aconselhando o irmão a aceitar a proteção. “Da sei onde ele mexeu, e ele sabe muito mais. [Luis Ricardo] falou na CPI apenas sobre o que nos foi perguntado. Mas tem uma série de outras irregularidades e transações sobre as quais ele tem conhecimento e que ain-

cluido que "não houve irregularidades contratuais" para a compra da vacina indiana.

Bezerra deu a declaração antes do anúncio da suspensão do contrato pelo Ministério da Saúde, na tarde desta terça.

A estratégia do Palácio do Planalto é fortalecer a tese de que Bolsonaro não ignorou as denúncias sobre a compra da Covaxine e sim pediu que o Ministério da Saúde esclarecesse as supostas irregularidades na negociação.

Senadores governistas, na quinta-feira da semana passada (24), haviam indicado que Bolsonaro havia acionado o ex-ministro Pazuello pa-

"No regular exercício do poder de autotutela da administração pública, ato contínuo após a ordem do presidente da República, o ministro determinou que o então secretário-executivo, Elcio Franco, realizasse uma averiguação prévia dos indícios de irregularidades", completou.

Bezerra justifica que Franco foi responsável por todas as negociações, contratações e aquisições de vacinas contra a Covid. Por isso seria a pessoa com "maior expertise" para apurar irregularidades.

"Após a devida conferência, foi verificado que não existiu irregularidades contratuais, conforme já previamente ma-

PF negocia inclusão de servidor da Saúde em serviço de proteção

Mônica Bergamo

SÃO PAULO A Polícia Federal entrou em contato com o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, do Ministério da Saúde, e discute nesta terça (29) com ele a possibilidade de incluí-lo no programa de proteção a testemunhas.

"Eles entraram em contato e já foram buscá-lo. Meu irmão já está a caminho da PF. E vai decidir se quer ou não entrar

da não foram reveladas. Para poder colaborar e deixar de forma transparente tudo o que ocorre no Ministério da Saúde, é aconselhável que aceite entrar no programa", diz o deputado.

Ele afirma ainda que o irmão está traumatizado e mal sai de casa. "Ele me pediu garantia de segurança [antes de depor na CPI]. Provavelmente vai aceitar entrar no programa. Já era um desejo dele [ter mais garantias de que sua vida não está em risco]."

Já o parlamentar afirma que não pretende entrar no programa. "Não posso me amedrontar. A verdade está ao nosso lado", afirma ele.

da Covid, que quer investigar seus termos. "É mentira que ele estava representando a OAB", diz Felipe Santa Cruz. "Apenas eu posso representar a entidade, ou uma pessoa designada por mim. E isso não aconteceu."

O advogado inclusive sequer é titular do conselho da OAB, mas sim suplente.

Santa Cruz relembra ainda que a OAB nunca foi procurada por Bolsonaro para qualquer tipo de diálogo. "Jamais fomos convidados pelo senhor presidente para nenhuma solenidade, pelo menos na minha gestão. Para grande orgulho nosso", diz ele. MB

até de comprar uma vacina que não chegou no Brasil. A acusação é a arma que sobra", disse o presidente na cidade de Pau de Ferros, no Rio Grande do Norte

29 JUN

Contrato suspenso

O Ministério da Saúde decidiu suspender o contrato com a Precisa Medicamentos para obter 20 milhões de doses. Segundo membros da pasta, a decisão é pela suspensão até que haja novo parecer. A pasta, porém, já avalia a possibilidade de cancelar o contrato

Bolsonaro ainda tem base para barrar superpedido de impeachment

Com caso Covaxin, oposição e ex-aliados unificam solicitações, em texto que chega hoje à Câmara

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA Mais robusto do que o esperado há algumas semanas, um superpedido de impeachment do presidente Jair Bolsonaro será apresentado nesta quarta-feira (30) à Câmara dos Deputados por partidos de oposição e desafiados do chefe do Executivo.

As suspições de irregularidades nas negociações da vacina Covaxin — e a denúncia de suposta comissão do presidente ao ser avisado sobre o caso — deram fôlego ao discurso da esquerda para tirar Bolsonaro do cargo.

Cerca de 120 pedidos de impeachment serão reunidos em um só, apontando 23 tipos de acusações. Mas, na Câmara dos Deputados, ainda faltam votos para que ele prospere.

Apesar do ciclo de desgaste político do presidente e da baixa tração nas pesquisas eleitorais de 2022, o centrão permanece disposto a barrar a iniciativa de opositores ao governo. A fissura nessa aliança traz mais riscos para Bolsonaro no projeto de ser reeleito.

O centrão é um consórcio de partidos que se juntou a Bolsonaro quando o Palácio do Planalto passou a liberar cargos de indicação política e pagamento de verbas das emendas ao Orçamento.

Por ora, está mantida a blindagem para que o atual mandato seja concluído. Além disso, com o desgaste provocado pelas denúncias envolvendo a negociação da Covaxin, a avaliação é que esse grupo ganhou ainda mais poder de barganha junto ao Executivo.

A esquerda, por outro lado, conta com o aumento da mobilização nas ruas para pressionar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a abrir o processo de impeachment.

"Temos que nos unir. Esses atos [protestos] vão mostrar que o Brasil pede: Fora, Bolsonaro", disse o vice-presidente nacional do PT, deputado federal José Guimarães (CE).

Lira é líder do centrão. Foi eleito com apoio — e esforço —

do Planalto. Aliados dele não veem clima político para eventual afastamento de Bolsonaro. A aposta é na retomada da economia, prometida pelo ministro da área, Paulo Guedes.

Bolsonaristas dizem que o superpedido de impeachment é uma tentativa de oposição de atrapalhar o governo, pois não há fatos que sustentem o início de um processo de investigação do presidente.

"É um ato puramente político e em total falta de consonância com o momento que estamos vivendo. Não há motivo [para abertura do processo], não há clima nem político, nem popular", afirma a deputada Carla Zambelli (PSL-SP).

A oposição não tem conseguido mostrar força na Câmara, onde Bolsonaro e Lira acumulam vitórias. O plano do impeachment, para ganhar peso político, precisaria ultrapassar os limites da esquerda. Ou seja, depende dos independentes — siglas como MDB, PSDB, DEM e Solidariedade.

A maioria desse grupo, porém, tem evitado se posicionar sobre o assunto, que não chegou, por exemplo, às bancadas do MDB e PSDB.

No Solidariedade, que caminha para uma coalizão com o PT em 2022, a visão é que insistir em impeachment agora é perda de tempo. "Eu acho que não tem que ter. Se for para tirar o Bolsonaro, tiramos na eleição", disse o presidente da legenda, deputado Paulinho da Força (SP).

Líder do PSOL na Câmara, Taliria Petrone (RJ) afirma que o superpedido coniuga os aspectos de todos os processos já encaminhados à Casa.

"A gente tem à frente do processo movimentos sociais, entidades e partidos de direita e esquerda", diz. "Há um sentimento conjunto da necessidade de unidade e de interromper um ciclo de mortes exatos [protestos] não mostrar que o Brasil pede: Fora, Bolsonaro", disse o vice-presidente nacional do PT, deputado federal José Guimarães (CE).

Lira é líder do centrão. Foi eleito com apoio — e esforço —

Pedidos de impeachment dos presidentes eleitos desde a redemocratização



Fonte: "Como Renovar um Presidente", com dados de Fiquem Sabendo e da Agência Pública

O caminho do impeachment

- O presidente da Câmara dos Deputados é o responsável por analisar pedidos de impeachment do presidente da República e encaminhá-los
- O atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é aliado de Jair Bolsonaro. Ele pode decidir sozinho o destino dos pedidos e não tem prazo para fazê-lo
- Nos casos encaminhados, o mérito da denúncia deve ser analisado por uma comissão especial e depois pelo plenário da Câmara. São necessários os votos de pelo menos 342 dos 513

- deputados para autorizar o Senado a abrir o processo
- Iniciado o processo pelo Senado, o presidente é afastado do cargo até a conclusão do julgamento e é substituído pelo vice. Se for condenado por menos de 54 dos 81 senadores, perde o mandato
- Os sete presidentes eleitos após a redemocratização do país foram alvo de pedidos de impeachment. Dois foram processados e afastados: Fernando Collor (1992), que renunciou antes da decisão final do Senado, e Dilma Rousseff (2016)

irregularidades em torno da compra da vacina foi revelada pela Folha no dia 18.

De abril até o fim de maio, o grupo, que reúne a esquerda e desafiados do governo, não estava tão alinhado. Alguns acreditavam que era melhor trabalhar por um desgaste contínuo de Bolsonaro, em vez de concentrar esforços no impeachment. O argumento é que o presidente pode ganhar capital político num discurso de ser vítima de um golpe.

Ainda existe essa ala da esquerda que resiste ao plano do impeachment. Ela, contudo, diminuiu, com as manifestações de rua contra Bolsonaro animando opositores.

O discurso oficial é que, por se tratar de iniciativa supraidológica, o pedido de afastamento de Bolsonaro tende a ganhar força e elevar a pressão para que Lira analise as acusações. Mas, se o clima na Câmara não mudar, o movimento terá a tarefa de dar sustentação ao mote "fora, Bolsonaro" nas manifestações de rua e prolongar o desgaste do presidente até 2022.

Um dos autores do superpedido, o advogado Mauro Menezes afirmou que a iniciativa envolve grupos como ambientalistas, indigenistas, representantes da comunidade LGBT, sindicalistas.

"São diferentes forças políticas unidas em torno de um propósito comum. Há uma atuação sistemática do presidente de afrontar a Constituição", segundo Menezes.

O caminho para um processo de impeachment é longo. No caso da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foram 273 dias.

O presidente da Câmara analisa e encaminha pedidos de impeachment do presidente. Se ele for aceito, a denúncia é levada a uma comissão especial e depois ao plenário. São necessários votos de ao menos 342 dos 513 deputados para o processo seguir para o Senado, que confirma ou não a abertura da investigação.

Se o processo for aberto, o presidente é afastado até a conclusão do julgamento.

Entenda o superpedido

ALGUNS DOS PARTIDOS E ENTIDADES QUE ASSINAM O DOCUMENTO

- PT
- PDT
- PSB
- PC do B
- PSOL
- ABID (Associação Brasileira de Juristas pela Democracia)
- Coalizão Negra por Direitos
- Ambientalistas, como Rafael Echeverria Lopes e Enilde Neres Martins
- MBL (Movimento Brasil Livre)
- Advogado Mauro Menezes, ex-presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República
- Ex-aliados de Bolsonaro, como os deputados Alexandre Frota (PSDB-SP) e Joice Hasselmann (PSL-SP)

ALGUNS DOS CRIMES CITADOS NO PEDIDO

- Crime contra a existência política da União
- Fomento ao conflito com outras nações
- Crime contra o livre exercício dos Poderes
- Ato ameaças ao Congresso, STF e interferência na PF
- Tentar dissolver ou impedir o funcionamento do Congresso
- Ato declarações do presidente e participação em manifestações antidemocráticas
- Ameaça contra algum representante da nação para coagi-lo
- Ato disse de que teria que "sair na porrada" com Randalfe Rodrigues (Rede-AP), membro da CPI da Covid
- Opor-se ao livre exercício do Poder Judiciário
- Ato interferência na PF
- Ameaça para constrianger juiz
- Ato ataques ao Supremo
- Violar direitos sociais assegurados na Constituição
- Ato omissões e erros no combate à pandemia para o processo seguir para o Senado, que confirma ou não a abertura da investigação.
- Ato não teria pedido investigação de suposta irregularidade na negociação da Covaxin

30/06/2021

Reajuste de 52% na sobretaxa deixará conta de luz 8,1% mais cara em julho

Bandeira vermelha 2 vai a R\$ 9,49 a cada 100 kWh, menos que o recomendado por técnicos da Aneel



Julio Wiziack e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO Em meio à pior seca dos reservatórios dos últimos 91 anos, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aumentou, nesta terça (29), a tarifa da bandeira vermelha nível 2, que passará de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 kWh (quilowatt-hora) entre julho e dezembro — um reajuste de 52%.

A elevação tem por objetivo arrecadar mais recursos para enfrentar a crise hídrica, que levou o governo a acionar todo o parque térmico disponível, independentemente do preço de geração de energia. Além disso, sinaliza ao consumidor a necessidade de economizar eletricidade.

A decisão do colegiado sobre a tarifa extra na conta de energia, no entanto, contrariou a recomendação da área técnica da agência, que indicou o valor de R\$ 11,50 por 100 kWh, única forma de garantir equilíbrio entre receitas e o custo de geração da energia, que explodiu devido ao acionamento das termelétricas — muito mais caras.

Com a decisão, a diretoria da agência optou por parcelar o reajuste, ao repassar cerca de R\$ 3 bilhões para as tarifas no próximo ano. No entanto, haverá uma consulta pública para que os consumidores decidam se preferem que esse re-

ajuste seja feito já em agosto. Após o resultado, a agência tomará a decisão final.

O reajuste de 52% na bandeira terá impacto médio de 8,12% na conta de luz dos brasileiros em julho, calcula a FGV (Fundação Getúlio Vargas). A alta nesse índice pressionará a inflação do mês em 0,36 ponto percentual e levar a inflação para ainda mais longe do teto da meta neste ano.

O cálculo foi feito pelo economista André Braz, responsável pela elaboração dos índices de inflação medidos pela FGV.

Com a escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas a tendência é que a bandeira continue pagando a bandeira vermelha durante o período seco, que vai até o início da primavera. Assim, a energia se manterá como um fator de pressão inflacionária.

Braz diz que o impacto direto na inflação pode ser temporário, já que a tendência é que a taxa seja retirada no fim do ano, quando as chuvas começarem a cair. Mas lembra que o custo da energia tem efeito indireto sobre a inflação de outros produtos.

"Sempre que a energia aumenta, aumenta o custo de produção de vários segmentos", diz. "Então, esses impactos não seriam tão temporários, vão ser mais persistentes e isso pode, sim, criar uma pressão inflacionária maior". Em maio, com a adoção da

bandeira vermelha nível 2, a energia já foi o principal fator de pressão no IPCA, o índice oficial de inflação, que fechou o mês em 0,83% no país, após variação de 0,31% em abril.

Foi o maior resultado para maio desde 1996 (1,22%). No acumulado em 12 meses até maio, a inflação chegou a 8,26%, bem acima do teto da meta para o ano, de 5,25%.

O sistema de bandeiras reflete a situação do sistema elétrico ainda muito dependente das hidrelétricas, segundo o diretor geral da agência, André Pepitone.

Na bandeira verde, não há adicional para cada quilowatt-hora consumido. Na amarela, esse extra era de R\$ 1,34 por 100 kWh (quilowatt-hora) e foi para R\$ 1,87. Na bandeira vermelha, há dois patamares

— o de nível 1 ficou mais barato, de R\$ 4,17 para R\$ 3,97.

Se o reajuste da bandeira vermelha nível 2 fosse de R\$ 11,50, o aumento previsto nas contas dos consumidores seria entre 10% e 15%, movimento que exerceria ainda mais pressão sobre a inflação medida pelo IPCA.

"Se nada for feito, teremos um déficit de até R\$ 5 bilhões na conta bandeiras entre julho e dezembro", afirmou o relator do processo, o diretor Sandoval Feitosa Neto.

Com a tarifa no patamar aprovado (R\$ 9,49), a Aneel decidiu adiar o repasse desses custos para as contas de luz no próximo ano. No entanto, a diretoria da agência ainda discutirá essa possibilidade em uma reunião prevista para as 20h desta terça-feira.

Parte dessa decisão se deve à pandemia, que, segundo Pepitone, fez os brasileiros perderem o emprego e a renda. As distribuidoras perderam receita durante a crise, e uma operação de socorro foi lançada pelo governo com a participação do mercado financeiro.

A diferença estimada de R\$ 3 bilhões resultante do repasse menor para as bandeiras poderá ser maior porque ainda não se sabe qual será a intensidade da seca até o fim do ano.

Somente em abril, o déficit nas tarifas das bandeiras chegou a R\$ 1,5 bilhão, resultado do descolamento entre o custo de geração e as receitas.

Esse rombo deve se elevar, segundo os técnicos, porque o preço da energia no mercado livre deve saltar dos atuais R\$ 250 o MWh (megawatt-hora) para R\$ 580 — cenário decorrente da contratação das termelétricas que estão injetando energia no sistema devido à redução da atividade das hidrelétricas, hoje com escassez de água.

Desde outubro do ano passado, o governo autorizou a geração de energia pelas térmicas, que produzem energia a um custo muito elevado, cerca de R\$ 1,500 o MWh (megawatt-hora), muito acima do preço médio do mercado.

O gasto adicional com o uso de térmicas a óleo diesel desde o início da crise energética,

em outubro, chegou a quase R\$ 9 bilhões, valor que terá que ser rateado por todos os consumidores brasileiros, tanto as indústrias como clientes comerciais e residenciais das distribuidoras de eletricidade.

Em SP, energia sobe 11,4% para cliente residencial no dia 4

SÃO PAULO | AGORA Além do efeito das bandeiras tarifárias mais caras, os clientes da Enel Distribuição São Paulo sentirão no bolso o reajuste da conta de luz a partir do próximo domingo (4). O aumento, que terá percentual médio de 9,44%, será aplicado nas 24 cidades atendidas pela concessionária. Cerca de 7,4 milhões de consumidores serão afetados.

O reajuste foi confirmado nesta terça-feira (29) pela Aneel. Para os consumidores residenciais, o reajuste médio será de 11,38%. Já para os clientes de média e alta-tensão, em geral indústrias e grandes comércio, o índice aprovado foi de 3,67%.

Os principais fatores que influenciaram este aumento foram a alta da inflação (IGP-M) e o aumento dos custos com aquisição de energia", afirmou a Enel em nota.

Leia mais na pág. A18

Bandeira mais cara

Mudanças previstas na conta de luz*

	Custos, em R\$/kWh	Valor da conta, em R\$	Varição, em %
Verde	0	300,00	0
Amarela	0,01	307,09	2
Vermelha - 1	0,04	315,02	5
Vermelha - 2	0,06	323,61	7
Vermelha (reajuste)	0,09	335,89	11

* Simulação para um consumidor da cidade de São Paulo | Fontes: Idex, com Aneel

Aumento da conta de luz deve estourar teto da inflação em 2021

Economista calcula que IPCA feche o ano em 6,4% sob impacto do reajuste das bandeiras tarifárias, acima do limite de 5,25%

Douglas Gavras

SÃO PAULO A elevação em 52% da bandeira vermelha de nível 2 de energia elétrica, anunciada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta terça (29), deve aumentar a pressão sobre a inflação deste ano e levar o IPCA a fechar 2021 em 6,4%.

O cálculo é do economista Fábio Romão, da LCA Consultores, que destaca que, além dessa alta de monitorados, os preços industriais e de serviços devem contribuir para que o IPCA suba neste ano.

A pressão da energia elétrica fez o IPCA acelerar em maio, e o indicador oficial de inflação avançou 0,83% no país, após variação de 0,31% em abril. Este foi o maior resultado para maio desde 1996 (1,22%), segundo o IBGE. No acumulado de 12 meses até aquele mês, a alta chegou a 8,06%.

Pesquisa publicada pelo grupo de conjuntura do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em maio —mesmo antes do reajuste anunciado pela Aneel— já apontava que a energia elétrica, o gás de botijão e os remédios seriam os principais vilões da inflação este ano, levando o IPCA para acima do teto da meta para este ano, de 5,25%.

Os itens chamados preços administrados incluem impostos e taxas, serviços de utilidade pública com tarifas reguladas (energia elétrica e telefone), derivados de petróleo e medicamentos, por exemplo. A pressão pelos rea-

em junho, calcula a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Além dos impactos no bolso do consumidor, a elevação dos preços da energia, como reflexo da crise hídrica, pode reduzir o espaço no teto de gastos do ano que vem, de acordo com nota informativa do Ministério da Economia.

O mais recente boletim Focus, do Banco Central, divulgado na segunda (28), também antes do reajuste divulgado pela Aneel, já apontava que os agentes de mercado esperavam um IPCA de 5,97% neste ano (a décima alta consecutiva, ainda mais distante do teto da meta).

A meta de inflação é colocada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e serve de referência para que o Banco Central leve ou reduza a taxa básica de juros.

IGP-M desacelera em junho, e alta em 12 meses cai para 35,75%

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado), conhecido como a inflação do aluguel, desacelerou e subiu 0,60% em junho, informou nesta terça-feira (29) a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Em 12 meses, o índice acumula variação de 35,75%, abaixo dos 37,04% até maio.

AS BANDEIRAS TARI-FÁRIAS

Bandeira verde Condições favoráveis de geração de energia. Acréscimo na conta: zero

Bandeira amarela Condições de geração menos favoráveis. Acréscimo na conta: R\$ 1,87 a cada 100 Kwh

Bandeira vermelha 1 Condições mais custosas de geração. Acréscimo na conta: R\$ 3,97

Bandeira vermelha 2 Condições ainda mais caras de geração — patamar atual. Acréscimo na conta: R\$ 9,49

Fonte: Aneel

Segundo a FGV, a desaceleração era prevista e ocorre devido à combinação da valorização do real e o recuo dos preços de commodities negociadas em dólar, como minério, soja e milho.

O IGP-M de junho terá efeito nos contratos de locação com vencimento em julho. Nos casos em que os proprietários decidam aplicar integralmente a variação, o primeiro pagamento reajustado será em agosto. Um aluguel de R\$ 2.000 passará a R\$ 2.715, com o IGP-M atual.

A trajetória de alta do IGP-M teve início do segundo semestre do ano passado, em decorrência, principalmente, de matérias-primas brutas que são negociadas em dólar.

O descolamento do índice em relação à inflação oficial, medida pelo IPCA, aqueceu debates quanto ao IGP-M ser o melhor indexador para os contratos de locação, uma vez que a maior parte da composição dele refere-se aos preços no atacado.

O INCC (Índice Nacional de Custos das Construções Civil), que acumula alta de 16,88% em 12 meses até junho, responde por apenas 10% do IGP-M.

O restante é distribuído pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), com 30%, e pelo IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), com 60%.

O cenário de moeda desvalorizada e retomada da atividade econômica em países compradores de commodities brasileiras, como é o ca-

justes desses preços já era esperada, por terem sido repressados no ano passado. Ainda assim, essa alta tem surpreendido os analistas.

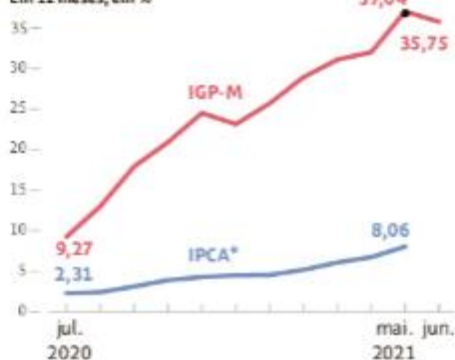
"A energia vai ser um dos principais vilões deste ano. Dentre os preços administrados, o principal peso dos aumentos deve ser da gasolina (27,7%), a energia vem em seguida (11,8%). É bastante pesado, pois a energia está na formação de outros preços, pressionando indiretamente", diz Romão.

Na média, o reajuste na bandeira vermelha, cobrada para custear as usinas térmicas e compensar a crise da falta de chuvas nos reservatórios das hidrelétricas, vai ter impacto médio de 8,12% na conta de luz

Inflação do aluguel, IGP-M segue em alta

Comparação IPCA x IGP-M

Em 12 meses, em %



*IPCA de junho será divulgado em 6.jul.
Fontes: Ibre/FGV e IBGE

so da China e dos EUA, melhoraram as condições para exportação, pressionando os preços no mercado interno.

Com isso, o IPA acumula alta de 47,53% em um ano —ele chegou a passar dos 50% até o mês passado.

O IGP-M ainda é a principal referência para os contratos de aluguel, sejam eles residenciais ou comerciais. A alta muito superior à inflação oficial a partir do ano passado levou administradoras de imóveis como Lello e Quinto Andar a oferecer a possibilidade de utilizar o IPCA como o indexador padrão dos contratos.

A lei do inquilinato estabelece a obrigação de os contratos preverem um índice de correção, mas não de fine qual.

Reforma de Guedes pode aumentar IR de 6,8 milhões de contribuintes, diz FGV

Estudo mostra que limitação da declaração simplificada levaria a aumento de R\$ 11,6 bi no valor devido

Principais mudanças

PESSOAS FÍSICAS ATUALIZAÇÃO DO VALOR DE IMÓVEIS

Como é Ao vender o imóvel, o cidadão paga entre 15% e 22,5% de imposto sobre o ganho de capital que teve em relação ao valor originalmente declarado à Receita. **Como ficaria** Seria permitido atualizar o valor dos imóveis mesmo sem a venda, com uma incidência de 5% de imposto sobre a diferença. Com isso, o cidadão pagaria menos imposto na hora da venda e anteciparia receitas aos cofres públicos.

DESCONTO SIMPLIFICADO

Como é Na declaração anual de ajuste do IR, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%. O percentual é um valor presumido, criado para simplificar o processo. **Como ficaria** 50 quem ganha até R\$ 40 mil por ano teria direito ao desconto. A justificativa é que a evolução tecnológica já simplifica hoje a declaração. Outras formas de dedução (despesas médicas e educacionais) permanecem.

PESSOAS JURÍDICAS

REDUÇÃO DE ALÍQUOTA **Como é** Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil. **Como ficaria** Corte da alíquota para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. Fica inalterada a cobrança de 10% sobre lucro que exceder R\$ 20 mil.

INVESTIMENTOS

DIVIDENDOS **Como é** São isentos tributados em 20% na fonte. Haverá isenção para até R\$ 20 mil por mês, mas desde que a pessoa receba de micro ou pequena empresa. **Como ficaria** Fim dos JCP.

JCP (JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO)

Como é Além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas via JCP. A diferença é que o instrumento pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater impostos). **Como ficaria** Fim dos JCP.

UNIFICAÇÃO DE ALÍQUOTAS NA RENDA FIXA

Como é Hoje há um escalonamento na cobrança, de 15% a 22,5% sobre os ganhos conforme o prazo de resgate. **Como ficaria** Passaria a ser cobrada a alíquota de 15% independentemente do prazo. Justificativa é beneficiar o pequeno investidor.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Como é Hoje há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022, e a tributação dos demais cotistas é de 20%. **Como ficaria** Fim da isenção e cobrança unificada de 15%.

Bernardo Caram

SÃO PAULO A limitação de uso da declaração simplificada do IR (Imposto de Renda), presente na proposta do governo para a reforma tributária, tem potencial para aumentar o imposto a ser pago por 6,8 milhões de contribuintes. A conclusão é do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Atualmente, qualquer contribuinte pode optar por fazer a declaração simplificada. Nella, não há necessidade de incluir gastos que viabilizam deduções de imposto, porque há um desconto padrão e automático de 20% sobre a renda tributável. O limite atual desse desconto é de R\$ 16.754,34. Pela proposta do governo, a declaração simplificada só será liberada para contribuintes com renda anual de até R\$ 40.000, um valor aproximado de três salários mínimos por mês.

O estudo da FGV, produzido pelos economistas Manoel Pires e Fábio Goto, pressupõe que todas as pessoas com renda de até R\$ 40.000 já declararam pelo modelo simplificado. Desse modo, usa dados da Receita Federal para estimar que a mudança aumentará o imposto de 6,8 milhões de contribuintes.

Com a alteração, a estimativa é que haverá uma elevação de R\$ 103 bilhões na base tributária, o que levaria a um aumento de R\$ 11,6 bilhões no imposto devido por essas pessoas. Como a projeção pode sofrer influência do novo comportamento que será adotado pelos contribuintes na tentativa de reduzir o imposto, além de depender de informações inter-

nas do governo, os pesquisadores defendem que a Receita divulgue seus números.

Desde o ano passado, o Ministério da Economia estudava extinguir o mecanismo da declaração simplificada. Na formulação final da proposta, no entanto, o governo optou por manter o modelo para faixas menores de renda.

Membros da pasta argumentam que o modelo simplificado somente fazia sentido quando o mundo não era digitalizado e os contribuintes tinham um trabalho enorme para guardar, reunir e recuperar a papelada que seria apresentada para viabilizar as deduções.

Para um auxiliar do ministro Paulo Guedes (Economia), com a manutenção das deduções médicas e educacionais existentes hoje no modelo de declaração completa, o contribuinte continuará com o direito de abater aqueles gastos que efetivamente foram feitos.

Os pesquisadores da FGV também analisaram o aumento na faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 proposto pelo governo. Segundo eles, a atual faixa isenta de cobranças é de aproximadamente metade do que foi em 1995, considerando a variação da inflação no período.

A tendência desde 1995 foi de redução real da faixa de isenção, o que amplia o número de contribuintes que precisam pagar o imposto. A proposta apresentada agora pelo governo reverte essa trajetória e faz com que o valor real da parcela isenta retorne ao patamar de 2015.

Caso aprovada, a reforma ampliará o número de contribuintes isentos de 10,7 milhões para 16,3 milhões. Na reforma, o governo também propôs uma redução do

Imposto de Renda de empresas de 15% para 10% em dois anos. A alíquota adicional de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20.000 foi mantida.

"Resalta-se que a alíquota nominal do Brasil está entre as mais elevadas do mundo e, portanto, a redução faz sentido dentro de uma estratégia de convergência de padrões tributários. Apesar da redução proposta, o Brasil ainda manterá alíquotas mais elevadas do que a média mundial", afirma o documento.

Pires e Goto afirmam ainda que é necessário ler a proposta do governo de maneira agregada. Segundo eles, o texto desenhado pelo time de Guedes deverá elevar a carga tributária para a maior parte das empresas. Isso porque a isenção sobre dividendos acabará, passando a incidir uma cobrança de 20% sobre sua distribuição a acionistas.

No caso das companhias que optam pelo regime de lucro real, a carga tributária média deve subir de 34% para 43,2%, avaliam os pesquisadores.

Como no projeto do governo a distribuição de dividendos deixará de ser isenta, os pesquisadores afirmam que o novo sistema deve gerar um forte incentivo para a retenção de lucros dentro das empresas.

O texto do governo mantém a isenção apenas para a dis-

tribuição de dividendos por micro e pequenas empresas, até o limite de R\$ 20.000 por mês. Para os economistas, essas companhias já possuem um sistema tributável favorável. Além disso, afirmam que essa brecha deve gerar incentivo para que haja subdivisão de empresas com o objetivo de aproveitar o limite de isenção.

Ministro agora fala em antecipar corte de imposto de empresas

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (29) que o corte de 2,5 pontos percentuais no Imposto de Renda de empresas em 2022, apresentado pelo governo na semana passada, foi pouco. Segundo ele, essa redução está passando por recalibragem e deve ser ampliada para um corte de 5 pontos percentuais já no ano que vem.

Na proposta de reforma do Imposto de Renda enviada ao Congresso na sexta (25), o governo propôs redução da alíquota do IR de empresas dos atuais 15% para 10%, com um escalonamento de 2,5 pontos percentuais no primeiro ano e mais 2,5 pontos no segundo ano. A tributação adicional de 10% sobre lucros acima de

R\$ 20 mil continua valendo. "Anunciamos uma redução de 2,5% no IR da Pessoa Jurídica [em 2022]. Aparentemente, foi pouco. Pela força da economia, temos que passar isso de 2,5% para 5% imediatamente. Estamos já recalibrando nossos cálculos para ver se isso já é possível agora."

Guedes disse que a pasta está estudando propor o corte direto de cinco pontos em vez de fazer as reduções de 2,5 pontos em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023. Ele não deixou claro se, nesse novo modelo, haveria um corte adicional da alíquota em 2023.

"Não temos compromisso com erros eventuais de calibragem. O importante é o que estamos sinalizando: menos impostos para as empresas, menos impostos para rendimento de capital, menos impostos para os assalariados, principalmente salários baixos", afirmou.

O anúncio do ministro vem menos de uma semana após a apresentação formal da reforma do IR. Desde o envio ao Congresso, no entanto, a proposta de Guedes sofreu críticas. Embora incida sobre a pessoa física, o fim da isenção da distribuição de dividendos, com cobrança de 20%, também presente na proposta, foi interpretado por especialistas como uma alta agregada na tributação que envolve empresas.

INFORME PUBLICITÁRIO

Nota Oficial - Reajuste de tarifas de pedágio preocupa o Transporte Rodoviário de Cargas

O governo do Estado de São Paulo acaba de anunciar o reajuste das tarifas de pedágio das rodovias estaduais a partir de 1º de julho; o aumento será da ordem de 8% aplicadas sobre as tarifas em vigor em cada praça de pedágio.

É sabido que o reajuste decorre de cláusula do contrato de concessão que o estado está obrigado a cumprir, porém não será lícito ignorar a consequência evidente: vai onerar os custos dos transportes de cargas com reflexos no custo Brasil assim como terá reflexos nos custos de todos os bens que chegam ao consumidor final.

Todos os usuários serão atingidos, pelo reajuste e pelos reflexos dele nos custos do transporte. O consumidor pagará essa conta.

O que mais preocupa o setor de transporte rodoviário de cargas é que não deverá parar por aí o agravamento dos custos de pedágio no estado de São Paulo. As empresas concessionárias estão em tratativas com o governo do estado reivindicando reequilíbrio do contrato de concessão com a alegação de suposta queda no faturamento decorrente da redução no fluxo de veículos em razão da pandemia, especialmente nos meses de março e abril de 2020. Isso sem levar em conta a retomada e o crescimento do fluxo antes e depois da pandemia.

Não só a pandemia é utilizada pelas concessionárias como pretexto de pedidos de reequilíbrio do contrato. A Ecovias e o Governo do Estado divulgaram um acordo para aditar o contrato de concessão do sistema Anchieta - Imigrantes por mais dez anos, até 2034. As atuais tarifas de pedágio são mantidas - incluído o novo reajuste e também os futuros - é validada a prorrogação indevida do contrato feita em 2006 que é objeto de ação do governo anterior visando sua anulação. E o que é mais insólito traz a contratação de novas obras sem a devida licitação.

O reajuste da tarifa, a prorrogação da concessão com as tarifas de pedágio mais elevadas do País atende o interesse das concessionárias. Obviamente não atende os anseios do usuário que principalmente almeja a tarifa com modicidade prevista em lei que certamente seria alcançada com a realização de uma nova

Governo quer usar R\$ 20 bi de mudança tributária em novo programa social

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo pretende usar até R\$ 20 bilhões de receitas a serem geradas pela proposta de reforma no Imposto de Renda para bancar o programa social que substituirá o Bolsa Família.

O valor, que até agora não foi comentado publicamente pela equipe econômica, foi confirmado à **Folha** por um integrante do governo e deve equacionar em larga escala a busca por financiamento ao programa — a ser lançado pelo presidente Jair Bolsonaro nos próximos meses, às vésperas do calendário eleitoral. Conforme mostrou a **Folha**, o governo planeja usar a arrecadação extra a ser gerada pelas mudanças no Imposto de Renda para bancar o novo programa social. Mas o montante que poderia ser usado não foi divulgado oficialmente.

gerariam um valor estimado de R\$ 980 milhões em 2022 — embora o objetivo, afirmam diferentes integrantes do governo, é que o resultado da conta seja neutro.

O leve impulso arrecadatório anunciado já seria suficiente para zerar a fila de espera de 400 mil inscritos no Bolsa Família por um ano. Mas o montante a ser usado para financiar o novo programa ficará acima disso.

A diferença se explica porque, na visão do governo, nem todas as medidas da reforma tributária que diminuirão a arrecadação federal precisarão ter compensação orçamentária. Ou seja, parte delas dispensará uma contrapartida de elevação em outras fontes de receita — regra em geral exigida pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A interpretação estaria em uma brecha da própria lei. O artigo 14 da LRF determi-

COME-COTAS EM FUNDOS ABERTOS E FECHADOS

Como é Os fundos abertos pagam imposto (o chamado come-cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro. Já os fechados não têm essa obrigação e só pagam na hora do resgate dos recursos.

Como ficaria Os abertos deixam de recolher em maio e passam a recolher só em novembro. Já os fechados passam a ter a obrigação de recolher em novembro, como os abertos

Entre as medidas que aumentam a arrecadação no projeto de lei, está o fim do desconto simplificado de 20% no IR para quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco mais de R\$ 3.000 por mês) e a tributação de dividendos.

O montante a ser usado no programa em decorrência da reforma é aproximadamente 20 vezes superior ao impacto fiscal do projeto de lei enviado ao Congresso na semana passada. Segundo anunciaram os técnicos do governo na sexta-feira (25), as mudanças no IR

na que a renúncia de receita deverá estar acompanhada de medidas de compensação orçamentária —mas, em seu parágrafo 1º, afirma que fica entendida como renúncia a modificação que implique redução de tributos discriminada (para apenas um setor, por exemplo).

Como o governo argumenta que fez reduções lineares e indiscriminadas de impostos, a interpretação é que o impacto fiscal de boa parte das medidas não precisará ser compensado por outras iniciativas.

prevista em lei que certamente será acompanhada com a realização de uma nova licitação. A experiência das relicitações de concessões de rodovias no Estado de São Paulo e do governo federal tem demonstrado em todas elas a redução substancial das tarifas.

O que se espera — O TRC e toda a sociedade — é a ação do governo voltada ao interesse público, que os contratos sejam cumpridos no tempo neles previsto e que novas licitações sejam efetuadas assegurando a todos a prática de uma tarifa justa e condizente com a nova realidade econômica vivida no País.

São Paulo, 29 de junho de 2021.

Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística)

Arrecadação federal em maio é a maior para o mês em 27 anos

'É inequívoco que o Brasil já se levantou', diz o ministro Paulo Guedes, durante a divulgação dos resultados

Bernardo Caram

BRASÍLIA A arrecadação federal atingiu R\$ 142,1 bilhões em maio, melhor resultado para o mês da série histórica do governo, iniciada em 1995.

Na comparação com o mesmo mês de 2020, a alta foi de 69,9%, já descontada a inflação do período. Mesmo em relação a abril de 2019, antes da pandemia do coronavírus, a comparação mostra um resultado 14% melhor.

O dado acumulado de janeiro a maio também é recorde. A arrecadação somou R\$ 744,8 bilhões —alta de 21%.

A partir de março de 2020, com o início da crise sanitária, cidades aplicaram medidas restritivas e de distanciamento social com o objetivo de minimizar a disseminação do vírus.

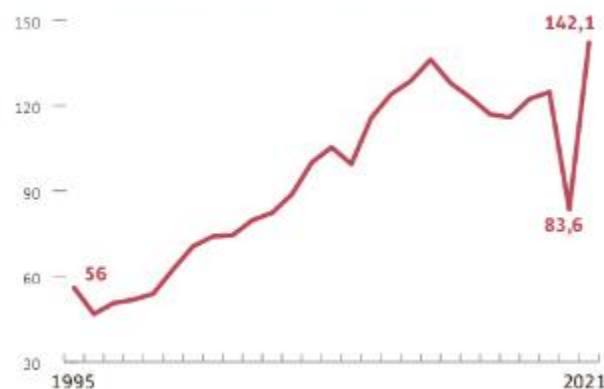
Além dessas ações, o governo adiou os prazos de vencimento de tributos para aliviar o caixa das empresas.

Neste ano, a taxa de distanciamento social está menor. O número de impostos adiados foi mais baixo, e a quantidade de empresas que optaram pela suspensão de pagamento também foi reduzido.

Por causa desses fatores, a

Arrecadação tem recorde histórico no mês

Meses de maio, em R\$ bilhões, corrigido pela inflação



Fonte: Receita Federal

base de comparação com 2020 é muito baixa, o que explica a diferença expressiva dos resultados para o mês.

O ministro Paulo Guedes (Economia) participou da apresentação dos números, feita pela Receita Federal, mas não respondeu a perguntas de jornalistas. Segundo ele, a atividade continua surpreendendo favoravelmente. "A economia brasileira está realmente em pé novamente, todos os setores estão avançando em marcha e arrecadando

mais. É inequívoco que o Brasil já se levantou", disse.

Entre os principais pontos que explicam o impulso nas receitas está uma elevação de 83,4% nos pagamentos de IR da Pessoa Jurídica e de Contribuição sobre o Lucro Líquido.

Normalmente, esses tributos caem com maior intensidade em momentos de crise e sobem mais fortemente em situações de recuperação. Além disso, houve um recolhimento extraordinário de R\$ 4 bilhões desses tributos no mês.

Mortes e internações por Covid-19 também caem na faixa dos 60 anos

Tendência pós-vacina vinha sendo observada entre nonagenários, octogenários e septuagenários

DELTA FOLHA

Júlia Barbon e
Guilherme García

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Depois dos nonagenários, dos octogenários e dos septuagenários, o impacto da vacinação contra a Covid-19 já se estende para os sexagenários. Uma redução nas internações e mortes pela doença no grupo tem sido registrada nas últimas semanas, à medida que a imunização avança.

O Brasil deu a largada na vacinação maciça das pessoas de 60 a 70 anos no início de março. A partir de meados de abril, a tendência de queda começa a ser visível: a faixa etária, que representava 23% dos hospitalizados e 29% dos mortos na época, despencou para 11% e 16% em junho.

Em números absolutos também há uma diminuição constante e expressiva no período. Se na última semana de março 5,737 pacientes dessa idade morreram da doença, foram apenas 865 na segunda semana de junho, seis vezes menos.

Os dados tabulados pela Folha são do Ministério da Saúde e consideram pessoas internadas por síndrome respiratória aguda grave (Srag) em qualquer tipo de leito. O intervalo analisado foi até o último dia 12, levando em conta o tempo para as notificações.

Esse é mais um número a se somar ao diagnóstico de rejuvenescimento das vítimas do coronavírus no país. Já era possível observar uma queda do agravamento dos casos nos grupos de 90 e 80 anos desde o fim de fevereiro, e no grupo de 70 anos desde abril, na contramão dos mais jovens.

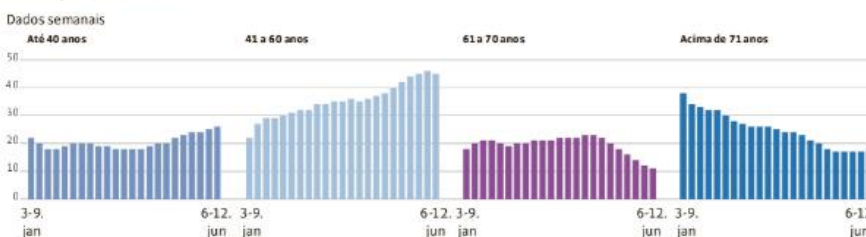
O epidemiologista e demógrafo Raphael Guimarães, pesquisador da Fiocruz, diz que esse "seguramente é um efeito da vacina". "O que a gente tem observado é que, à medida em que o país consegue vacinar idosos mais novos, a participação dessas faixas em mortes e internações se reduz", afirma.



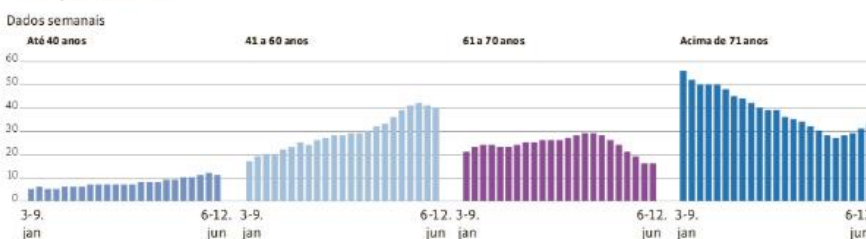
Pessoas de 60 a 62 fazem fila na UBS Santo Estevão, no Tatuapé, em SP, para receber vacina contra a Covid. Rivaldo Gomes/Folhapress

Faixa dos 60 anos agora também tem queda nas internações e mortes por Covid

Internações por idade, em %



Mortes por idade, em %



Comparação entre janeiro e junho

Internações por idade, em %

Ele reforça que a faixa dos 60 anos vinha contribuindo de forma ampla para os casos graves da Covid desde o início do ano, representando em torno de 1 em cada 4 hospitalizações. “De umas quatro ou seis semanas para cá, porém, houve uma inversão na curva”, analisa.

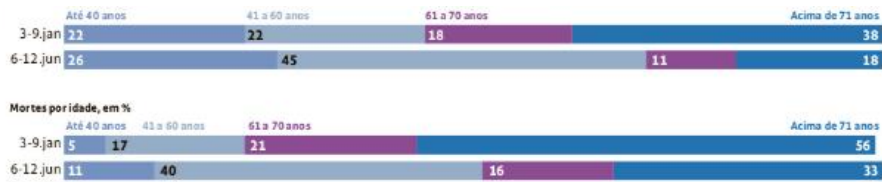
Um estudo da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), em parceria com a Universidade de Harvard e o Ministério da Saúde, mostrou recentemente que a vacinação já evitou a morte de 43 mil pessoas acima de 70 anos, após análise de mais de 200 mil óbitos por Covid-19 entre janeiro e maio deste ano no país.

“Se tivéssemos começado a vacinar a população antes, essa estimativa de mortes poupadas pela vacinação seria maior ainda”, diz o epidemiologista Cesar Victora, líder da pesquisa que traz pela primeira vez evidências da efetividade das vacinas Coronavac e AstraZeneca no Brasil.

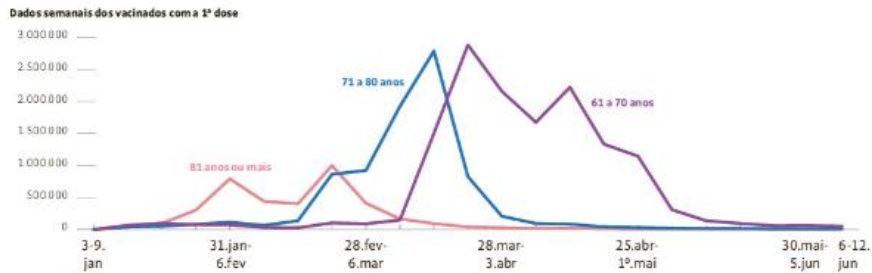
Até agora, 29% da população adulta (46 milhões de pessoas) tomou a 1ª dose da vacina, e 16% (26 milhões) está totalmente imunizada (tomou a segunda dose ou vacina de dose única).

Agora, a preocupação é com os mais jovens. A proporção de pacientes internados com 40 a 60 anos disparou de 17% para 40% desde o início do ano. A faixa de até 40 anos também dobrou de 3% para 11%.

Um boletim epidemiológico da Fiocruz que analisa dados nacionais até 12 de junho



Imunização na faixa dos 60 anos se deu em março e abril no país



Fonte: microdados do Ministério da Saúde

“**É seguramente é um efeito da vacina. À medida em que o país consegue vacinar idosos mais novos, a participação dessas faixas em mortes e internações se reduz**

Raphael Guimarães
epidemiologista da Fiocruz

indica que a mediana de óbitos pelo vírus caiu pela primeira vez a um nível abaixo dos 60 anos, assim como já havia ocorrido com as internações.

Isso significa que a idade máxima de metade dos hospitalizados passou de 66 anos no início do ano para 52 anos agora. Já entre as vítimas que morreram da doença, foi de 71 anos para 61 anos no período.

“É verdade que esse processo tem relação com um estreitamento do topo da pirâmide etária da doença,

já que os mais longevos contribuem cada vez menos com casos graves e fatais. Contudo, temos em termos absolutos maior número de casos e óbitos entre jovens, de forma independente ao que ocorre com os idosos”, escrevem os pesquisadores.

“Este é um cenário extremamente preocupante, especialmente para um país cuja estrutura etária ainda é relativamente jovem. O que virá, com a manutenção deste quadro, será verdadeiramen-

te uma onda: de incapacidade e condições crônicas para brasileiros jovens, que perderão em qualidade de vida e capacidade produtiva”, alertam.

Eles avaliam ainda que o rejuvenescimento dos atingidos pela Covid será cada vez mais intenso e “poderá perpetuar um cenário obscuro de óbitos altos” até que esse grupo etário esteja devidamente coberto pela vacina. Portanto, é essencial reforçar o uso de máscaras e o distanciamento social.

Executivo. Pasta da Saúde paralisa compra de 20 milhões de doses da vacina indiana, que está sob investigação; decisão ocorre um dia após Bolsonaro ser alvo de notícia-crime no STF

Governo suspende contrato da Covaxin após denúncias



Pressão. Jair Bolsonaro conversa com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, durante cerimônia no Palácio do Planalto

Lorena Rodrigues
Julia Affonso
Lauro Pompeu | BRASÍLIA

O Ministério da Saúde suspendeu temporariamente o contrato para comprar 20 milhões de doses da vacina indiana Covaxin. A decisão foi tomada ontem, um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro ser alvo de uma notícia-crime encaminhada por senadores ao Supremo Tribunal Federal (STF), por prevaricação. O governo age para esvaziar suspeitas de que a compra da vacina envolveria um esquema de corrupção dentro do Ministério da Saúde, com o conhecimento do presidente, enquanto prepara uma contraofensiva na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid.

A suspensão do negócio ocorreu por recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) após o deputado Luis Miranda (DEM-DF) e o servidor público Luis Ricardo Fernandes Miranda, irmão do parlamentar, terem dito à CPI, na sexta-feira passada, que avisaram Bolsonaro sobre irregularidades na importação da Covaxin, até mesmo com cobrança de propina. A nova crise vem na esteira da queda de popularidade de Bolsonaro e de protestos de rua, com mais pedidos de impeachment.

“Por orientação da CGU, por uma questão de conveniência e oportunidade, decidimos suspender o contrato para que análises mais aprofundadas sejam feitas. Por outro lado, o Ministério da Saúde vai fazer uma apuração administrativa para verificar todos os aspectos da temática que foram suscitados”, afirmou o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em entrevista no Palácio do Planalto. A informação de que o contrato seria suspenso foi antecipada pela CNN Brasil.

Ao encaminhar notícia-crime

contra Bolsonaro no Supremo, os senadores Fabiano Contarato (Rede-ES), Jorge Kajuru (Podemos-GO) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da CPI, afirmaram que ele ignorou alertas de fraude e cobrança de propina no processo de contratação da Covaxin, vacina produzida pelo laboratório indiano Bharat Biotech e intermediada pela Precisa Medicamentos. Em manifestação encaminhada ao gabinete da ministra do Supremo Rosa Weber, relatora do caso, a Procuradoria-Geral da República solicitou à magistrada que aguarde as conclusões da CPI antes de decidir sobre a notícia-crime (*mais informações nesta página*).

O acordo do Ministério da Saúde com a Precisa foi assinado em 25 de fevereiro e prevê pagamento de R\$ 1,6 bilhão. O valor por dose (US\$ 15) é o mais caro dos seis imunizantes que o País comprou até agora.

Embora o ministro da CGU, Wagner Rosário, diga que a suspensão do contrato vai durar apenas enquanto técnicos analisam se houve irregularidades – o que espera concluir em, no máximo, dez dias – nos bastidores auxiliares de Bolsonaro já admitem a possibilidade de cancelamento do negócio. No despacho ao Ministério da Saúde, a CGU informou que era “urgente” a suspensão do contrato para “assegurar a proteção ao interesse e cofres públicos”, já que se corria o risco de o processo “civado de vícios”.

“Vamos fazer essa análise para ter certeza de que não há nenhuma mácula nesse contrato. A partir daí, a decisão de contratação ou não é um ato de gestão do ministro da Saúde, não cabe à CGU”, disse Rosário, ao lado de Queiroga. “A CGU está suspendendo o processo única e exclusivamente para verificação de possível irregularidade trazida por um servidor que não conseguiu especificar ainda qual é. Estamos revisando o processo

PGR defende que Supremo espere CPI

● A Procuradoria Geral da República solicitou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que segure o andamento da notícia-crime pedindo investigação do presidente Jair Bolsonaro, por possível crime de prevaricação, nas negociações para compra da vacina indiana Covaxin.

Em manifestação enviada à ministra do STF Rosa Weber, o vice-procurador-geral Humberto Jacques de Medeiros defendeu que o Ministério Público Federal aguarde o fim da CPI da Covid antes de abrir uma investigação concorrente. Senadores levaram o caso ao STF depois que o deputado Luis Miranda (DEM-DF) e seu irmão, Luis Ricardo Miranda, disseram que o presidente ignorou alertas a respeito de suspeitas de irregularidades na aquisição do imunizante.

para dar a máxima segurança para o ministro tomar as decisões dentro da legalidade.”

Diferentemente do que disse Rosário, porém, o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda – chefe de importação do Departamento de Logística do Ministério da Saúde – compareceu à CPI munido de documentos sobre o que dizia e afirmou ter sofrido pressão de superiores para acelerar a compra da Covaxin. O funcionário mostrou cópias de notas fiscais para provar que houve tentativa de antecipar o pagamento de US\$ 45 milhões para uma empresa que não constava do contrato – a Madison Biotech – e, ao lado do irmão, disse ter levado todas essas denúncias a Bolsonaro em reunião no Palácio do Alvorada, no dia 20 de março.

Na ocasião, segundo o deputado Luis Miranda, o presidente atribuiu as suspeitas a “mais um

rola” do deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), ex-ministro da Saúde e atual líder do governo na Câmara. Na versão de Miranda, Bolsonaro disse que acionaria a Polícia Federal para apurar o caso, mas nenhuma investigação foi aberta à época.

Além do preço mais alto e da pressão para acelerar o negócio, o contrato do governo para adquirir a Covaxin também levantou suspeitas de senadores por ter sido o único firmado por meio de uma empresa intermediária. Todos os outros foram negociados com os laboratório fabricantes ou que produzirão as vacinas.

Em conversa com apoiadores, Bolsonaro ironizou a denúncia, dizendo que seus adversários haviam inventado a modalidade de “corrupção virtual” porque nada havia sido pago. O dinheiro para a compra da Covaxin, porém, já foi empenhado (reservado) no Orçamento.

O contrato com a Precisa Medicamentos previa que a primeira remessa, de 4 milhões de doses, seria enviada ao Brasil ainda em março. Sem aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no entanto, o prazo foi desrespeitado.

‘Confissão’. A CPI da Covid quer agora que o governo dê detalhes sobre a decisão de suspender o contrato para a compra da vacina indiana. “Quero saber quais foram quando foram dados esses pareceres da CGU”, disse ao Estadão o senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da CPI. “Por que não fizeram isso antes?” Para o senador Humberto Costa (PT-PE), o governo admite que há irregularidades ao suspender o contrato. “Essa decisão é reconhecimento de culpa”, afirmou ele. “Se não tem nada de errado, por que irão suspender? Isso só tem um nome: Confissão!”, disse Randolfe, em mensagem postada no Twitter. **COLABOROU**

DANIEL WETERMAN

Precisa projetava faturar R\$ 800 mi com rede privada

Empresa alvo de CPI da Covid firmou contrato com associação que representa clínicas para receber até US\$ 40 por dose de Covaxin



Contrato. Prédio onde funciona a Precisa, em Barueri; tentativa de negociar com empresas

Lauriberto Pompeu
Julia Affonso | BRASÍLIA

Empresa que está no centro das suspeitas envolvendo a compra da Covaxin pelo governo de Jair Bolsonaro, a Precisa Medicamentos esperava receber pelo menos R\$ 800 milhões com a venda do imunizante indiano a clínicas privadas. O Estadão teve acesso ao contrato firmado entre Frederico Maximiano, sócio da Precisa, com a Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas (ABCVC), em janeiro deste ano.

No momento em que havia uma corrida mundial de governos pelo imunizante, a empresa previa cobrar até US\$ 40 por dose que seria vendida na rede privada, o dobro do preço máximo estipulado pela fabricante, o laboratório Bharat Biotech, para exportação. A CPI da Covid apura se houve atraso intencional na compra de imunizantes pelo governo de Jair Bolsonaro para favorecer iniciativas como a da Precisa.

O contrato com a associação foi fechado ao mesmo tempo em que a empresa negociava a venda da Covaxin ao governo brasileiro. O plano de Maximiano era fornecer 20 milhões de doses para o Ministério da Saúde, para serem distribuídas na rede pública - contrato que foi suspenso ontem pelo governo - e outras milhões para as clínicas venderem a seus clientes. O acordo com a pasta, assinado no mês seguinte por R\$ 1,61 bilhão, é alvo de investigação do Ministério Público Federal e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado.

O contrato entre Precisa e o presidente da ABCVC, Geraldo Barbosa, foi assinado no dia 29 de janeiro, três semanas depois de uma visita que Maximiano

fez à embaixada brasileira na Índia. Em telegrama que trata do encontro, revelado pelo Estadão, o embaixador André Aranha Corrêa do Lago diz que o empresário afirmou representar a entidade e o motivo da visita ao país asiático era firmar parcerias comerciais. Na ocasião, segundo o documento, Maximiano revelou que negociava até mesmo a abertura de linha de crédito com o Ministério da Economia para clínicas privadas comprarem vacinas.

Como mostrou o Estadão, a Precisa ampliou seus contratos com o poder público federal após a posse de Bolsonaro. Antes, havia assinado apenas um contrato com o governo, de R\$ 27,4 milhões, para fornecer preservativos femininos ao Ministério da Saúde. Desde 2019, primeiro ano de Bolsonaro, a Precisa fechou ou intermediou acordos

que somam R\$ 1,67 bilhão. Na atual gestão, Maximiano também ganhou acesso a ministérios, à embaixada do Brasil na Índia e ao BNDES, neste último levado pelo próprio filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), como revelou a revista *Veja*.

Nomesma época em que a Precisa assinou o contrato com a ABCVC, a proposta de a iniciativa privada comprar vacinas contra covid-19 em meio à corrida mundial pelo produto foi defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e por Bolsonaro. Em declaração no dia 26 de janeiro, em evento de um banco, eles se disseram favoráveis desde que houvesse repasse de parte das doses para a rede pública de saúde. Naquele momento, o governo já vinha sendo fortemente cobrado pelos atrasos na vacinação e a demora para comprar imunizantes.

Para o presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), o apoio do governo à venda para iniciativa privada ao mesmo tempo em que atrasava a compra dos imunizantes na rede pública deve ser investigada. "Não tem para vender para os países, como vai vender para clínicas privadas?"

O depoimento de Maximiano na CPI está previsto para amanhã. Uma das linhas de investigação dos senadores é saber se o empresário foi favorecido nas negociações com as clínicas privadas, o que poderia configurar crime de advocacia administrativa - quando o setor público é utilizado indevidamente para interesses privados.

Em reunião na noite de segunda-feira, o G7, grupo de senadores independentes e de oposição da CPI, decidiu também pela convocação do embaixador

Empresa fala em 'relação privada'

● Em nota, a Precisa declarou que o acordo "trata-se de uma relação privada, sempre condicionada à aprovação da Anvisa e das disposições legais". Ao Estadão, o presidente da ABCVC, Geraldo Barbosa, negou que ele ou algum representante da entidade tenham ido à reunião na sede da embaixada em Nova Déli.

Procurado pela reportagem, o Itamaraty afirmou que "o embaixador recebeu os membros da delegação empresarial, da qual fazia parte o senhor Francisco Maximiano, por solicitação da Câmara de Comércio Índia-Brasil, sediada em Belo Horizonte e Rio de Janeiro".

"CONDIÇÕES PADRÃO DOS CONTRATOS INDIVIDUAIS A SEREM FIRMADOS PELAS CLÍNICAS"

Acordado em Paris, que as cláusulas abaixo servem, constituem condição essencial para a prestação dos serviços, de modo que deverão estar refletidas nos contratos individuais a serem firmados entre a PRECISA e cada uma das clínicas associadas, ficando autorizada, entretanto, que sejam estabelecidas, de forma individual, condições que sejam mais favoráveis às clínicas:

- As Partes estipulam, desde já, que constitui ato ilícito essencial dos contratos individuais a ser firmados entre a PRECISA e cada uma das clínicas associadas compradora a possibilidade, nos termos do artigo 190 do Código de Processo Civil, de arresto / constrição do patrimônio da PRECISA sob a necessidade de situação dos recursos da liberação que vier eventualmente a ser ajustada, se for o caso, por cada uma das clínicas associadas compradoras para adoração dos valores eventualmente já adiantados à PRECISA, nos termos da Cláusula 1.5 do Contrato firmado com a ABCVC, a demandada bônus. A PRECISA autoriza, desde já, expressamente, o arresto inatraso a fim para, nos termos do presente Cláusula.
- A PRECISA obriga-se a devolver às clínicas associadas compradoras todo e qualquer valor que tenha sido antecipado por estas, sendo devido à PRECISA, considerando-se rescindido o presente Contrato, nos termos da cláusula abaixo, caso, por qualquer motivo:
 - não seja possível a publicação do rito emergencial ou definitivo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, até 15 de abril de 2021;
 - não seja possível a liberação da LI (Licença de Importação) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, até 15 de abril de 2021;

Quantidade de doses (milhões)	Valor por dose (USD)	Valor por dose (R\$)
1. 2.000 até 2.500	145,71	
2. 2.501 até 3.000	138,00	
3. 3.001 até 4.000	126,30	
4. 4.001 até 60.000	126,30	
5. 60.001 até 100.000	124,41	
6. acima de 100.000	122,71	

- Tal preço não poderá sofrer qualquer reajuste por parte da PRECISA, ainda que por motivo de força maior ou caso fortuito.
- No caso de estabelecimento da precificação pela CMED (Comissão de Regulação do Mercado de Medicamentos), o valor por dose acima contratado não poderá em hipótese alguma superar o valor máximo estabelecido para o comercialização de vacinas em questão, conforme legislação vigente. No caso de a PRECISA não observar tal cláusula, fica facultada desde já às clínicas associadas a contratação em futuro de valores máximos fixados pela CMED, desobediência a estas regras já estipuladas à PRECISA, sendo esta obrigada a disponibilizar os dados contratados.
- Constituem obrigações da PRECISA, de modo que seu inadimplemento caracteriza causa para rescisão do contrato, nos termos abaixo:
 - entregar as vacinas de acordo com as especificações do presente Instrumento, bem como conforme quantidade a ser contratada com cada uma das clínicas associadas compradoras e de acordo com o cronograma de entrega em estabelecido;
 - entregar as vacinas objeto do presente Instrumento em embalagens originais e não violadas;
 - cumprir todas as normas regulamentares sobre as condições de conservação até o momento da entrega no local indicado por cada uma das clínicas associadas compradoras;

São Paulo, 29 de janeiro de 2021.

FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO
Assinado de forma digital por FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CLÍNICAS DE VACINAS
GERALDO JOSÉ BARBOSA DE NANCIDENTO

PRECISA - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA.
FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO

Tratativa. Documento de acordo da Precisa com a ABCVC

do Brasil na Índia para depor na comissão. O requerimento deve ser votado na sessão de hoje.

Apesar de o contrato entre Precisa e ABCVC ter sido assinado em janeiro, a compra das vacinas não saiu do papel por questões legais. A lei que permitiu a aquisição dos produtos pela iniciativa privada, aprovada em março no Congresso, prevê

o repasse de 100% das doses para a vacinação na rede pública e proíbe a cobrança pela aplicação, o que inviabiliza a venda pelas clínicas privadas.

Hoje não há previsão de vacinação contra a covid-19 pelo mercado privado. Todos os imunizantes contra a doença são distribuídos gratuitamente pelo Serviço Único de Saúde (SUS).

30/06/2021

Crise hídrica. Com a cobrança de bandeira 2 sobre o consumo, contas de luz devem ficar 8,12% mais caras, segundo cálculo do economista André Braz, coordenador do Ibre/FGV; agência reguladora abre nova consulta pública para avaliar um segundo reajuste nos próximos meses

Aneel reajusta taxa extra de energia em 52% e já prepara novo aumento

María Sabino
Anne Warth | BRASILIA

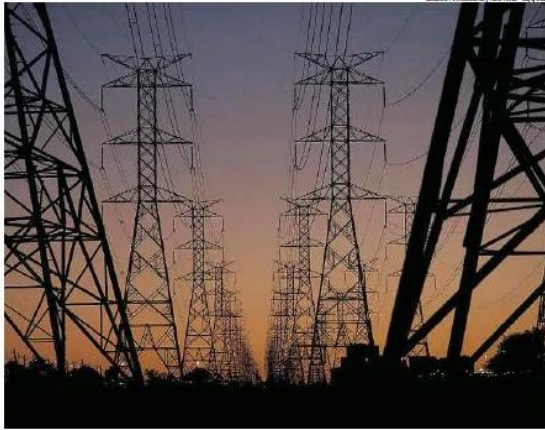
Com o agravamento da crise hídrica e o risco de um novo racionamento de energia no País, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem um reajuste de 52% para a taxa extra embutida atualmente nas contas de luz. A chamada bandeira vermelha nível 2 passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, como forma de compensar os custos com o maior uso das termoeletricas. O novo adicional vai valer a partir de julho.

Esse não será, porém, o único reajuste programado para os próximos meses. Ontem mesmo, a agência já abriu uma consulta pública para uma segunda correção de valores. A proposta em discussão prevê agora que a bandeira vermelha 2 (o patamar tarifário mais alto) possa ser elevada para até R\$ 11,50 a partir de agosto.

O reajuste já aprovado de 52% contrariou cálculos da área técnica da própria agência. Como mostrou o *Estadão*, *Broadcast*, os técnicos estimaram que a bandeira vermelha nível 1 deveria subir para algo entre R\$ 11,50 e R\$ 12,00 a cada 100 kWh.

Para o consumidor final, o novo aumento deve deixar as contas de luz, em média, 8,12% mais caras em julho. O cálculo do economista André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), ou seja, uma família que tenha gastado R\$ 100 com a conta de luz agora em junho, a partir do próximo mês terá de desembolsar R\$ 108,12, se mantiver o mesmo patamar de consumo.

A pedido do *Estadão*, a Go Energy também fez algumas simulações. A conta de luz de uma família que consume 200 quilowatts-hora (kWh) por mês em São Paulo, sem subir de R\$ 119,32 para R\$ 125,82 - aumento de 5,44%. Se comparado ao período de janeiro a abril, quando a bandeira tarifária ainda era amarela, o reajuste da conta será de 15%, ou R\$ 16. Para quem consome 100 kWh,



Tarifas. Agência reguladora diz que cenário desafiador exigiu um reajuste imediato

o aumento será de R\$ 3,25 em relação à bandeira vermelha de junho e de R\$ 8 em relação à amarela.

Segundo Lucas Mendes, CEO da Go Energy, os consumidores comerciais e industriais também sofrerão impacto significativo. No entanto, diz ele, o cenário atual cria oportunidade para a busca de soluções como eficiência energética e compra de energia no chamado mercado livre, com vistas à redução do custo com o insumo.

Consulta. A nova consulta pública foi proposta pelo diretor Sandoval Feitosa, que afirmou que seria necessário alterar as regras do sistema das bandeiras para aprovar um reajuste no patamar sugerido pelos técnicos. Isso porque a norma atual considera 95% dos cenários calculados pelo modelo. Por isso, o diretor apresentou um reajuste de apenas 1,67%, que representaria uma cobrança adicional de R\$ 6,49 a cada 100 kWh. Essa proposta foi derrotada por 4 votos a 1.

O entendimento na agência reguladora é que o cenário crítico exigia um reajuste imediato que comportasse todos os cus-

tos das térmicas, que devem somar R\$ 9 bilhões em 2021, e desse um sinal claro aos consumidores sobre a situação já a partir de julho. Também seria importante para evitar um buraco maior na Conta Bandeiras, já que isso se refletiria em pressão nas tarifas em 2022. O déficit é repassado aos consumidores por meio dos reajustes anuais de cada distribuidora.

Hoje, essa conta já apresenta déficit de R\$ 1,5 bilhão. De acordo com as estimativas da Aneel, se fosse mantida a taxa adicional em R\$ 9,49 a cada 100 kWh até o fim do ano, haveria 46% de chances de um déficit de R\$ 2 bilhões, chegando a R\$ 3,5 bilhões. Já um reajuste para R\$ 11,50 pode minimizar o risco, mas não descartá-lo completamente. Ainda assim, haveria uma chance de 3% de que o déficit atingisse R\$ 2 bilhões. Por outro lado, esse é o único cenário estudado pela agência que poderia resultar em um superávit na Conta Bandeiras, de R\$ 2 bilhões.

Advertência
"Vivemos um período muito atípico, o pior dos últimos 91 anos, por isso é necessário poupar água nos reservatórios das hidrelétricas e acionar todo o parque termoeletrico."

André Pepitone
DIRETOR-GERAL DA ANEEL

juste para R\$ 11,50 pode minimizar o risco, mas não descartá-lo completamente. Ainda assim, haveria uma chance de 3% de que o déficit atingisse R\$ 2 bilhões. Por outro lado, esse é o único cenário estudado pela agência que poderia resultar em um superávit na Conta Bandeiras, de R\$ 2 bilhões.

"Vivemos um período muito atípico, o pior dos últimos 91 anos, por isso, é necessário poupar água nos reservatórios das hidrelétricas e acionar todo o parque termoeletrico", disse o diretor-geral da agência reguladora, André Pepitone. "As térmicas nos dão segurança para suprir a demanda, mas precisamos de combustível para operar, e isso tem um custo, gás natural, diesel e óleo combustível."

A diretoria deverá referendar o novo valor em uma outra reunião. A proposta, bem como o novo valor, também poderá ser ajustada com as contribuições da consulta pública. Inicialmente, a intenção era que um novo valor já valesse para agosto, mas, pelo prazo de contribuição, isso talvez não seja possível e fique para setembro. **COLABORARAM DANIELA AMORIM E RENE PEREIRA**

CUSTO EXTRA

● O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 e funciona de acordo com as condições de geração de energia no País

Entenda as bandeiras

EM REAIS PARA CADA 100 KILOWATT-HORA (KWH) CONSUMIDOS



Uso das bandeiras



Peso no bolso

CONSUMO EM KWH	VALOR MENSAL (EM REAIS)			
	JANEIRO A ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO A NOVEMBRO
100	54,762	57,588	59,662	62,909
200	109,524	115,176	119,324	125,818
500	273,81	287,94	298,31	314,545
1000	547,62	575,88	596,62	629,09

Fonte: Aneel e Go Energy

Em SP, tarifa básica da Enel vai subir 9,44%

100 quilowatts-hora consumidos. Para os consumidores atendidos em alta-tensão, como indústrias e grandes comércios, a alta média será de 3,67%.

A empresa diz que a parcela que recebe das contas de luz é usada para manutenção da rede e para investimentos na expansão e qualidade do sistema de distribuição. Antiga Eletropaulo, a Enel é a segunda maior distribuidora do País. A empresa atende 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital. / M.S.

● A Aneel aprovou ontem reajuste médio de 9,44% para as tarifas cobradas pela Enel, que atua no Estado de São Paulo. No caso dos consumidores residenciais, o impacto na conta será de 11,40% e já vai valer a partir do próximo domingo. Ainda sobre os valores em conta incide a taxa extra referente à bandeira vermelha 2, que passou a ser de R\$ 9,49 a cada

Com alta, mercado já projeta inflação de até 6,7% no ano

Economistas veem repasse de custo com energia para bens e serviços; projeções superam teto da meta

- O reajuste da bandeira tarifária vermelha 2, anunciado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), levou o mercado a revisar suas projeções para a inflação no ano. As estimativas passaram a variar entre 6% e 6,71% – muito acima do teto da meta, que é de 5,25%.

A XP já trabalhava com um avanço de cerca de 20% para a bandeira tarifária (a Aneel autorizou um aumento de 52%). A

diferença deve produzir um impacto adicional de 0,13 ponto percentual na projeção de julho do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que passou de 0,49% para 0,62%. A economista Tatiana Nogueira diz que existe ainda a possibilidade de impactos indiretos do reajuste da bandeira, já que o encarecimento da conta de luz pode ser repassado para os preços de produtos e serviços. Para o ano, a XP elevou sua projeção de 6,2% para 6,4%.

No Citi, a previsão subiu de 5,3% para 6,1%, puxada pelas tarifas de energia elétrica e também pela previsão de novas altas de preços de matérias-primas e insumos. Já a LCA Consul-

tores passou a trabalhar com um IPCA de 6,4% em 2021, ante 6,2% anteriormente. “Há pressão de bens industriais do atacado para o varejo que pode ficar mais pesada com a energia mais cara. Pode ter um efeito também nos preços de serviços, especialmente se a antecipação do calendário de vacinação aumentar a circulação das pessoas”, explica o economista da LCA Fábio Romão.

A JF Trust fez a estimativa mais alta até agora, ao elevar a projeção para o IPCA em 2021 de 6,32% para 6,71%. O economista-chefe da instituição, Eduardo Velho, avaliou a deci-

são da Aneel como positiva, na medida em que não adia o reajuste para 2022.

O Banco ABC Brasil projeta impacto de 0,23 ponto percentual no índice em julho, segundo calcula o economista Daniel Lima. Como já esperava uma alta da bandeira tarifária, ele manteve a projeção de uma variação de 6,40% para o IPCA no ano.

O reajuste autorizado pela Aneel vai ser usado para bancar os custos com a maior utilização das usinas termoeletricas, em função da baixa recorde dos reservatórios de água e do risco de um novo desabastecimento de energia no País. A taxa extra cobrada na conta passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em maio, os preços da energia já haviam dado o tom no resultado do IPCA. Para uma inflação geral de 0,83% – o maior índice para o mês desde 1996 –, o grupo energia contribuiu sozinho com 0,23 ponto percentual. / THAIS BARCELLOS

• **Peso**

0,23 ponto

foi a contribuição do grupo energia para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em maio – que chegou a 0,83%, o maior índice para o mês desde 1996.



Outros tempos. Justificativa para mudança é que o desconto foi criado para facilitar preenchimento da declaração quando documento era feito em papel

Guedes sinaliza alíquota menor para empresas

BRASÍLIA

Para enfrentar as resistências dos grandes empresários ao projeto de reforma tributária, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou que o governo deve acelerar a queda do Imposto de Renda das empresas em 2022. Mas Guedes não quer abrir mão da volta da taxa na distribuição de lucros e dividendos com uma alíquota de 20%, segundo apurou o Estadão.

Pela proposta do governo, a alíquota do IRPJ cairia cinco pontos percentuais - de 25% para 20% - em dois anos. Guedes já antecipa que a queda pode ocorrer de uma vez só no ano que vem. A interlocutores, ele admitiu que, se a recuperação da arrecadação ao longo do ano que vem for ainda maior, a alíquota poderá ter uma queda adicional de 2,5 pontos percentuais - chegando a 7,5 pontos.

A proposta de reformulação do IR foi apresentada na sexta-feira ao Congresso Nacional e, desde então, o governo vem sofrendo uma enxurrada de críticas do mercado financeiro e das grandes empresas que distribuem dividendos. A redução da alíquota do IRPJ foi considerada baixa por representantes do setor produtivo para fazer frente à taxa de lucros e dividendos. Empresários disseram ao ministro que queriam uma alíquota de lucros e dividendos na mesma proporção da queda do IRPJ.

A pressão chegou com força ao Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já admitiu a possibilidade de redução para 15%. Há uma movimentação para que o projeto seja aprovado antes do recesso parlamentar de julho, o que deixou preocupados representantes das grandes empresas pelo conteúdo polêmico.

“Ao Estadão, o relator da reforma do IR, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), admitiu essa possibilidade. Ele quer ainda conversar com líderes dos partidos e com o governo para definir qual será o percentual da taxa cobrada sobre lucros e dividendos. “Já houve essa manifestação de alguns deputados para se discutir melhor isso, mas essa alíquota ainda não está definida, não está fechado”, disse Sabino. Guedes tem repetido que a direção da reforma é neutra, sem aumento de imposto.” A.F. E CAMILA TURTELLI

Limite em declaração do IR afeta 2 milhões

Simulação considera contingente que não poderá mais usar formulário simplificado

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

A limitação do uso da declaração simplificada na proposta do governo para a reformulação do Imposto de Renda da Pessoa Física pode afetar negativamente a renda de dois milhões de contribuintes, de um total de 17,4 milhões que hoje usam esse desconto padrão para pagar menos imposto.

Esse é o contingente de potenciais perdedores com a mudança e que têm renda tributável acima de R\$ 66 mil por ano, segundo simulações feitas pelos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair com base nos dados da declaração do IRPF disponibilizados pela Receita.

Cerca de oito milhões de contribuintes com renda acima de R\$ 40 mil por ano usam o desconto simplificado, mas nem todos perdem com a mudança proposta pelo governo quando considerado, conjuntamente, o efeito da correção da tabela.

Pelo projeto do Ministério da

Economia encaminhado na semana passada ao Congresso, quem ganha acima de R\$ 40 mil por ano não poderá mais utilizar a declaração simplificada. Esse tipo de declaração garante hoje um desconto de 20% na base de cálculo do imposto, limitado a R\$ 16,8 mil.

A justificativa da equipe econômica para a mudança é que o desconto foi criado para facilitar o preenchimento da declaração numa época em que o documento era feito apenas em papel. Na prática, o governo tem um ganho de receitas com a medida, que será usado para compensar em parte a perda de arrecadação com a correção da faixa de isenção (de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil) e das demais faixas de renda da tabela do IRPF.

Quem tiver renda entre R\$ 40 mil e R\$ 66 mil vai perder o benefício do uso da declaração simplificada, mas as simulações apontam que o ganho com a correção da tabela será sempre superior a essa perda.

Segundo Gobetti, o efeito líquido das mudanças sobre cada con-

MUDANÇA NO IR

• Veja uma simulação com o limite da declaração simplificada no Imposto de Renda

Contribuinte com renda anual de R\$ 100 mil

(em torno de R\$ 7,7 mil por mês)

HOJE	PROPOSTA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Tem desconto de R\$ 16.754 na tabela	DESCONTO DO INSS	Sem dependentes e sem plano de saúde R\$ 8.492	Com dependente R\$ 8.492 do INSS R\$ 2.275 por dependentes	Com dependente e plano de saúde R\$ 8.492 do INSS R\$ 2.275 por dependentes R\$ 3.600 pelo plano de saúde
Paga R\$ 12.460 de imposto				
	IMPOSTO A PAGAR	R\$ 13.030	R\$ 12.404	R\$ 11.414
	DIFERENÇA EM RELAÇÃO AO ATUAL	R\$ 569 a mais de imposto a pagar	R\$ 56 a menos de imposto a pagar	R\$ 1.046 a menos de imposto a pagar

FONTE: SÉRGIO GOBETTI

INFOGRAFIA: ESTADÃO

tribuinte vai depender das deduções que cada um poderá utilizar ao migrar para a declaração completa, como gastos com plano de saúde e desconto por dependente, além da contribuição oficial à Previdência Social.

Aqueles contribuintes que ganham acima de R\$ 66 mil e só têm a contribuição previdenciária para abater vão pagar cerca de R\$ 570 a mais por ano. Esse contribuinte deixa de pagar R\$ 1.702 com a correção da tabela, mas vai pagar mais R\$ 2.272 de imposto por não poder mais usar o desconto simplificado. O saldo líquido é, portanto, de R\$ 570 a mais de im-

posto do que hoje. Se esse contribuinte tiver um plano de saúde e dependentes, porém, a perda deverá ser neutralizada. Uma simulação feita com um pessoa que ganha R\$ 100 mil, com plano de saúde, dependente e desconto ao INSS indica uma redução de R\$ 1.046 no imposto a pagar, visto que a perda da possibilidade de usar a dedução simplificada será pequena em comparação ao ganho com a correção.

Cenário. Os dois economistas reconhecem problemas no desenho da reforma e na calibragem de algumas alíquotas, mas dizem que seu efeito global é redistributivo, na medida em que os assalariados serão desonerados, enquanto recebedores de lucros e dividendos com renda superior a R\$ 240 mil anuais serão mais tributados na comparação com o cenário atual. “Esses dois milhões de contribuintes estão situados entre os 7% mais ricos. Perdem aqueles que só tenham a contribuição ao INSS para deduzir”, diz Orair. Segundo ele, se tiver pelo menos um dependente ou

qualquer dedução equivalente, passa a ganhar em qualquer faixa salarial. Por isso, é melhor qualificar o objetivo da reforma de fazer “média com a família de classe média”.

De acordo com suas estimativas, cerca de 500 mil dos 3,5 milhões de recebedores anuais de dividendos passarão a ser tributados. Os demais permanecerão isentos por causa da proposta de isentar dividendos de até R\$ 20 mil mensais.

Além disso, segundo cálculos do governo, 5,6 milhões de contribuintes deixarão de pagar o IRPF, formando um contingente de mais de 16 milhões de pessoas que, embora façam declaração à Receita, estão livres do imposto por receber menos de R\$ 2,5 mil mensais. A advogada tributarista Thaís Veiga, pesquisadora do Insper, afirma que a mudança na regra para o desconto simplificado pode restringir bastante o público beneficiado, mas o maior cuidado é na hora de os contribuintes obrigados a migrar para a declaração completa levantarem as despesas que são dedutíveis.

Proposta 5 pontos

porcentuais seria a queda da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica proposta pelo governo - de 25% para 20% - em dois anos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já antecipa que a queda pode ocorrer de uma vez só no ano que vem

Arrecadação tem valor recorde de R\$ 142 bi em maio, diz Receita

Ganho foi o maior para o mês desde 1995, início da série histórica; no acumulado do ano, total já está em R\$ 744,8 bi

• **Luiz Henrique** / BRASÍLIA

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 142 bilhões em maio, o maior valor para o mês na série histórica da Receita Federal, que teve início em 1995. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 70% na comparação com o mesmo mês de 2020, quando a economia brasileira sofria fortemente os efeitos da pandemia e muitas atividades fecharam para tentar conter a propagação do vírus.

No acumulado do ano até maio, a arrecadação federal somou R\$ 744,8 bilhões, também o maior volume para o período da série histórica. O montante ainda representa

um aumento real de 21% na comparação com os primeiros cinco meses do ano passado.

No ano passado, o governo autorizou o atraso no pagamento de tributos como PIS, Pasp e Cofins e da arrecadação previdenciária, o que baixou a arrecadação entre abril e maio. Neste ano, como esses pagamentos não foram postergados, houve alta na receita desses tributos.

Além da base mais baixa no ano passado, contribuíram para o resultado a maior atividade econômica, que leva a um aumento no pagamento de impostos, resultado, entre outros fatores, do dinamismo do consumo da população e do aumento dos preços das commodities – produtos com cotação internacional, como alimentos, petróleo e minério de ferro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes – que fez um pronunciamento na divulgação dos resultados da arrecadação, mas não respondeu a

perguntas da imprensa –, disse que o resultado da arrecadação confirma o momento favorável da economia brasileira. “O Brasil foi até as portas do inferno (na arrecadação), quando estava voltando, fomos atingidos pela covid.”

Também contribuiu para o aumento de arrecadação neste ano “fatores não recorrentes”, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 16 bilhões de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e IRPJ de janeiro a maio de 2021, sendo R\$ 4 bilhões apenas em maio, além da suspensão de tributos no ano passado, que representou um pagamento extra de R\$ 4,5 bilhões neste ano.

Essas receitas classificadas como atípicas são, principalmente, pagamentos de tributos sobre operações de fusão e outras receitas referentes ao setor de mineração e extração de minerais, que tem tido forte desempenho com a alta do minério de ferro.

COFRES CHEIOS

• Arrecadação bate recorde com retomada da atividade e fim de suspensão no pagamento de tributos

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: RECEITA FEDERAL

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

AVALIAÇÕES

EMBRAESP

Valores de mercado (venda ou locação) de imóveis urbanos e rurais de todo o País. Credibilidade e experiência conquistadas por mais de 40 anos de independência, sigilo e isenção

Solicite orçamento também para avaliações patrimoniais e ativos industriais.

www.embraesp.com.br
avalia@embraesp.com.br

(11) 3665-1590
(11) 99913-5823
(11) 99524-5823

30/06/2021

Virada digital. Com queda de 35% nas receitas em relação a 2019 e vista como potencial 'alvo' de aquisições, varejista busca formas de manter o interesse do consumidor; para isso, mobiliza equipe para criar roupas baseadas em tendências coletadas com influenciadores

Para turbinar vendas online, C&A vai criar coleções de roupas em até 24 horas

André é Jankovski

A C&A quer ir além do consolidado fast-fashion e migrar para um modelo ainda mais rápido. A varejista está para lançar pequenas coleções que serão criadas em menos de 24 horas, sendo vendidas no calor do consumo pautado pelas redes sociais. É uma tentativa de a empresa aquecer seu e-commerce, que vem crescendo fortemente, e também de compensar a queda nas vendas de suas lojas físicas.

A razão dessa busca pelo cliente digital fica transparente em números: no primeiro trimestre, enquanto as vendas online subiram quase 180%, em relação ao mesmo período de 2020, a receita das mesmas lojas físicas da C&A registrou uma redução de 21,7%. Foi para capturar ainda mais esse público do online que a empresa criou esse serviço, batizado de Alerta Tendências.

O investimento faz sentido porque a velocidade é a chave do negócio, segundo o CEO da C&A, Paulo Correa. A ideia do novo serviço é aproveitar o engajamento das redes sociais, especialmente o criado por influenciadores digitais, para estu-



Pela internet. C&A, de Paulo Correa: e-commerce passar a representar 15% das vendas

mular a compra por impulso.

Para levar esse projeto adiante, a varejista criou uma "linha de produção" que envolve 120 profissionais das áreas de estilo, logística e também os chamados "buscadores de tendência". Com as informações da internet em mãos, os estilistas precisam criar uma peça que deverá

estar disponível para pré-venda em 24 horas no site da companhia - contando fotos com modelos e todas as especificações.

As entregas são realizadas em até 15 dias. À princípio, essas coleções terão 100 unidades fabricadas por peça. "Esse tipo de venda ainda nos traz um nível de assertividade maior, o que re-

sulta em menos desperdício", diz Correa.

A C&A já vinha diminuindo o seu tempo de criação à entrega do produto. Em 2019, foi criado um projeto nesse sentido. "Estabelecemos um alvo de 45 dias, e muitos acharam que era maluco. Passados alguns meses, já estávamos conseguindo fazer

em um mês", afirma Correa.

A empresa também já apostava em coleções de 15 dias, mas, durante o programa *Big Brother Brasil*, da TV Globo, percebeu que o processo deveria ser ainda mais rápido - e conseguiu colocar uma peça usada pela vencedora do programa, Juliette Freire, nas lojas em 24 horas.

Ainda em queda. Apesar da alta das vendas pela web, Correa sabe que o motor de crescimento da companhia continua sendo as lojas físicas. "Apesar de o e-commerce ter crescido, ainda representa 15% do total. Estamos com uma queda de 35% de receita em relação a 2019 (para R\$ 776 milhões). Não tem como fazer uma compensação", diz.

Executivo conta com o avanço da vacinação para a companhia registrar melhores números neste ano e também afirma que abrirá novas lojas. Para 2021, a meta é ampliar a rede em 20 unidades, para um total de 305 pontos de venda.

A varejista está em um setor muito em alta na área de fusões e aquisições. Recentemente, o mercado viu o Grupo Somcomprar a Hering. Para completar, a Lojas Renner fez uma oferta de ações e tem bilhões em caixa pa-

● Digital x físico

180%
foi o crescimento das vendas do e-commerce da C&A no primeiro trimestre, ante o mesmo período de 2020

21,7%
foi a redução das receitas nas mesmas lojas de janeiro a março

ra aquisições - e a C&A é vista como um alvo no mercado. Correa diz que tudo não passa de rumores e que o foco da empresa é o crescimento orgânico.

Em 2021, as ações da C&A têm uma alta de 12%. Porém, em relação ao pré-pandemia, ainda há um desconto de 18%. Para Breno Francis, analista do Banco Inter, apesar de estar longe de recuperar o antigo patamar de vendas, a empresa está tirando o atraso no mundo digital.

O analista dá o exemplo de que o aplicativo da C&A foi o mais baixado no segmento em 2020: 12 milhões de instalações. Por isso, enxerga uma alta de quase 20% nas ações até o fim do ano.

30/06/2021

Link	https://oglobo.globo.com/brasil/choque-entre-lula-ciro-por-2022-afasta-pt-pdt-no-pais-25082778
------	---

BRASIL

Choque entre Lula e Ciro por 2022 afasta PT e PDT no país

Rivalidade cada vez maior entre presidentiáveis leva partidos a disputarem aliados e cogitarem ficar em lados opostos na corrida por governos

Bernardo Mello e Marcelo Remigio
30/06/2021 - 04:30



Lula e Ciro Gomes Foto: Agência O Globo

Magazine Luiza chega ao Rio com Anitta, bikes azuis e ao menos 50 lojas – O GLOBO – Rio de Janeiro – 30/06/2021

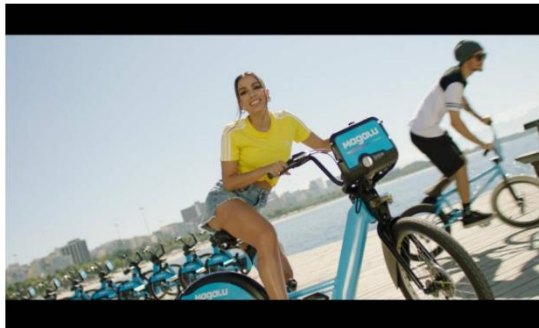
Link	https://oglobo.globo.com/economia/magazine-luiza-chega-ao-rio-com-anitta-como-garota-propaganda-bikes-azuis-ao-menos-50-lojas-25082518
------	---

ECONOMIA

Magazine Luiza chega ao Rio com Anitta como garota-propaganda, bikes azuis e ao menos 50 lojas

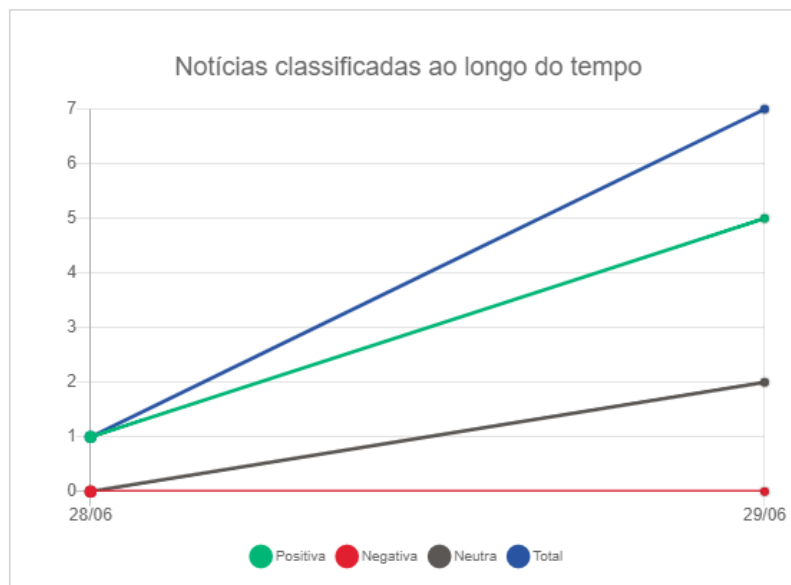
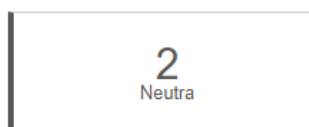
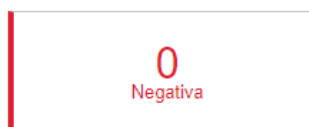
Unidades vão empregar 3 mil pessoas. Primeiras 23 abrem em julho. Empresa vai reformar ônibus e espalhar bicicletas pela capital fluminense

Glauce Cavalcanti
29/06/2021 - 19:24 / Atualizado em 29/06/2021 - 22:26



Anitta: estrela carioca vai estrelar campanha da chegada do Magalu ao Rio Foto: Divulgação

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTPS://WWW.BLOGDAJULISKA.COM.BR/	2
HTTP://BLOGTULIOLEMOS.COM.BR/	1
HTTPS://BLOGDOWASHINGTON.COM.BR/	1
HTTPS://CRISTINALIRA.COM/	1
HTTPS://MOSSOROHOJE.COM.BR/	1

